



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E LINHA DE ESTUDO E PESQUISA EM  
EDUCAÇÃO FÍSICA ESPORTE LAZER**

**MARIA CAROLINA LOPES ESTEVES**

**DAS LUTAS AO JUDÔ NA ESCOLA:  
PERSPECTIVAS PARA O TRATO COM O CONHECIMENTO  
JUDÔ**

Salvador  
2015

**MARIA CAROLINA LOPES ESTEVES**

**DAS LUTAS AO JUDÔ NA ESCOLA:  
PERSPECTIVAS PARA O TRATO COM O CONHECIMENTO JUDÔ**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Curso de Especialização  
em Metodologia do Ensino e da Pesquisa  
em Educação Física, Esporte e Lazer

Orientador:  
Prof. Me. Murilo Moraes de Oliveira

Salvador  
2015

Maria Carolina Lopes Esteves

# DAS LUTAS AO JUDÔ NA ESCOLA: PERSPECTIVAS PARA O TRATO COM O CONHECIMENTO JUDÔ

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação de Educação Física da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a aprovação no curso de Pós-Graduação em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer.

Data da Aprovação (Defesa)  
05 de fevereiro de 2016

Murilo Morais de Oliveira  
Orientador

Celi Nelza Zulke Taffarel  
Componente da Banca

Carlos Roberto Colavolpe  
Componente da Banca

Marize Souza Carvalho  
Componente da Banca

Kátia Olivier Sá  
Componente da Banca

## AGRADECIMENTOS

À todos os seres que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desta pequena parcela de conhecimento, e aqueles a quem um dia pretendo ajudar com esta construção.

Em especial à Deus, espíritos iluminados, e mentores que guiaram o caminho dos pensamentos, a luz do saber científico, os quais resultaram na produção deste trabalho, que desde o início teve a pretensão de agregar conhecimentos para outros espíritos, que assim como eu, desejam contribuir no processo de transformação social, bem como praticar o autoconhecimento, através do estudo e da pesquisa.

A minha família imperfeita, mas perfeitamente completa, que apesar das circunstâncias e dificuldades sempre se colocam presente na ausência, fortalecendo sempre o que tem de melhor em nós.

Aos meus pais que me deram a oportunidade de se fazer presente neste mundo, e que deram o máximo de si, para que minha vida fosse protegida por amor, e alicerçada com muita fé.

Ao meu irmão Marco, que possui uma parte de mim, e onde posso ter a certeza que “tenho guardada em segurança as lembranças de uma infância feliz”, muitas vezes recheada pela paciência de um irmão mais velho, que mesmo ao passar do tempo continua sendo responsável pela irmã caçula.

As minhas avós que são as minhas heroínas da vida real, pessoas que me ensinaram a vê que tudo é passageiro, e que somente se faz valoroso e propriamente seu, os conhecimentos adquiridos, e as relações edificadas, porque o significado da vida não está ligado ao que temos, mas a quem somos, e quem cativamos.

Ao Lula, meu padrinho de consideração que se fez presente desde que me entendo por gente, e que dentro dos seus limites me proporcionou o que o mundo pode oferecer de melhor.

À minha querida Jú por estar sempre com uma xícara de café pronta nas noites onde o cansaço parecia superar a vontade, e por sempre acreditar mais em mim do que eu mesma pudesse conseguir, demonstrando que a felicidade não é só definida por sorrisos.

Aos meus amigos, os quais a sua maneira se demonstram como grandes companheiros nessa empreitada de erros e acertos cotidianos.

À todos os meus professores, que passaram ao longo dos anos deixando um pouquinho de si, abrindo, fechando janelas e portas dentro de mim.

Um obrigada de coração ao meu orientador Murilo pela confiança, apesar das minhas dificuldades e limitações, por proporcionar produtivas discussões, tendo sempre paciência quanto a caixa de e-mail lotada, parágrafos truncados, e confusos.

E por fim, e não menos importante aos meu “*Shihan* Milton Moreira”, que me ensinou o judô sobre as premissas de lealdade, respeito, coragem, e solidariedade, mostrando o caminho do bushidô para além dos *dojôs*.

## RESUMO

Este texto é um estudo sobre o trabalho pedagógico com o judô e as lutas na escola, a partir da discussão dos seus elementos históricos, e como ele pode ser tratado na escola numa perspectiva crítico-superadora. Neste sentido, esta pesquisa aborda as possibilidades de contribuição do conhecimento judô – cuja violência é uma característica intrínseca – no processo de humanização dos relacionamentos das crianças e adolescentes dentro da sociedade capitalista; e a possível justificativa para o trato deste conhecimento dentro da escola. A hipótese é que o judô adquiriu, desde a sua gênese, um caráter de organização e sistematização para transmissão de seu conhecimento; estruturou um trabalho pedagógico para o seu ensino, baseado nos princípios e valores de coragem, integridade, solidariedade, estratégia e concentração – capaz de educar para a transformação social, em vez de acirrar a competição e o individualismo – e assim, ser transmitido como conteúdo científico na escola. A pesquisa foi construída a partir do método materialista histórico-dialético com o objetivo de compreender o judô: como luta, elemento clássico da Educação Física e conteúdo escolar capaz de contribuir no processo de emancipação humana.

**Palavras-chaves:** Judô, Luta, Escola, Educação Física.

## **ABSTRACT**

This text is a study of the pedagogical work with the judo and wrestling at school, considering its historical elements, and how it can be treated in an educational super critical perspective. In this sense, this research addresses the contributions of the judo knowledge to the humanization process of children and adolescents relationships within capitalist society; and the treatment of this knowledge within the school. The hypothesis is that judo has acquired since its genesis, an organizational character and systematization for transmitting his knowledge. Judo also structured a pedagogical work for their teaching based on the principles and values of courage, integrity, solidarity, strategy and concentration - able to educate for social change, rather than intensify competition and individualism - and thus be transmitted as content science in school. The research was built from the historical and dialectical materialist method in order to understand the judo: as a fight, a classical element of physical education and a school program that can contribute to human emancipation process.

**Palavras-chaves:** Judo, Wrestling, School, Physical Education.

Quanto mais riqueza espiritual e  
mais conhecimentos, mais profundos  
são os rastros que deixamos em  
nossa passagem.

Maurí de Carvalho,(2007, p. 185)

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>O TRABALHO COM AS LUTAS NA EDUCAÇÃO</b>	<b>13</b>
2.1	A LUTA PARA ALÉM DO ESPORTE	18
2.2	AS LUTAS E O TRABALHO EDUCATIVO	28
2.3	AS LUTAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	31
2.3.1	<b>A estrutura escolar</b>	<b>32</b>
2.3.2	<b>Educação Física na escola</b>	<b>36</b>
2.3.3	<b>O trabalho pedagógico com as lutas na escola</b>	<b>39</b>
<b>3</b>	<b>JUDÔ NA ESCOLA</b>	<b>43</b>
3.1	O TRATO COM O CONHECIMENTO JUDÔ NA ESCOLA	47
3.1.1	<b>Os ciclos escolares no judô</b>	<b>53</b>
3.2	PERSPECTIVAS PARA ABORDAGEM DO JUDÔ NA ESCOLA	56
	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>67</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>71</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O que é a luta? Por que aprendemos a lutar? Lutar desenvolve a violência, ou seria a violência estimulante para o desenvolvimento da luta? O judô é uma luta violenta, ou um simples fenômeno esportivo? As perguntas nos convidam a questionar sobre a importância das lutas, em especial o judô, e o para quê das suas práticas, no atual contexto social, onde se fala demasiadamente em “esporte para todos”, e principalmente, violência mundial, observada facilmente nas situações de luta armada, não só pelas “forças armadas”, mas por qualquer “força que esteja armada”, fato que supera qualquer luta corporal, no quesito domínio, e terror.

A luta baseia-se nas práticas de ataque e defesa, para domínio sobre um adversário, ou obstáculo, e como atividade para superação e controle, produz na sua essência o uso da força, que visto como comportamento intencional em qualidade de grande proporção pode ser classificada como violência. Então, a luta é um ato de violência? Isso quer dizer uma atividade de agressão, e brutalidade?

A palavra violência vem do latim *violencia* que significa, conjunto que deriva aplicação de vigor ou força, sendo a violência definida como comportamento que causa dano, ou intimidação seja moral, física, psicológica, e até mesmo de vida, sobre outra pessoa, ser vivo, ou objeto. A luta que consiste na atividade intencional de dominar algo, ou alguém através do uso em potencial da força, possui então intrínseca a violência na sua atividade, mas trazer isso como premissa, não significa colocar a luta no status de ação desumanizadora, tendo em vista que a mesma encontra-se presente ao longo da história dos homens, em meio aos seus modos de vida, e produção, conseqüentemente participando no processo de desenvolvimento do ser humano.

Então, como pode o judô sendo uma luta que tem a violência intrínseca na sua essência, ser um elemento que venha a contribuir para potencializar o processo de humanização, ainda dentro da sociedade capitalista? E, de que maneira seria o trato com o conhecimento desta manifestação da cultura

corporal justificado na escola, instituição responsável pelo ensino do saber científico?

Para a contribuição ao debate desta abordagem pedagógica das lutas, e judô na escola, torna-se necessária a compreensão das suas mediações, e relações através de suas contradições, e totalidade ao longo da história, análise feita sob a perspectiva marxista, através do materialismo histórico dialético, que torna possível abordar o judô, bem como as lutas a luz da dinâmica real da sociedade.

Portanto, trazer a luta imediatamente ao patamar de prática violenta sem valor de uso social, através de uma interpretação aparente, e superficial, é desconsiderar seus desdobramentos históricos, e sua ação social em meio aos homens, e natureza. A maneira como se trata está condição da violência nas lutas, é que possibilitará apontá-la como colaboradora para o processo de humanização, ou elemento para alienação na escola, e demais meios a qual se insere.

Contudo, é importante compreender o judô como uma luta, conteúdo clássico da Educação Física, capaz de contribuir no processo de emancipação humana, apresentando a necessidade do acesso ao seu conhecimento as bases do ensino científico na escola, para através da pedagogia crítico-superadora desenvolver uma perspectiva de abordagem, para organização do trabalho pedagógico dos seus elementos de ensino, possibilitando a construção do pensamento científico crítico de crianças, e adolescentes para a vida real.

Vejamos então, que utilizada desde a sua gênese com o homem primitivo, o qual lutava com a natureza e com outros homens, para sobrevivência, até suas manifestações atuais, como por exemplo a transformação em esporte-espetáculo, classificado como mercadoria dentro do modo de produção capitalista, a luta, se apresenta como atividade transformadora da natureza, a qual transforma-se também pelo próprio intercâmbio com o meio, sendo fruto da consciência humana. Indicando que, seja o homem primitivo, como o contemporâneo, utilizam-na para sobrevivência, entretanto com aspectos, meios, e tempos diferentes, os quais a remodelam de acordo com as necessidades que se apresentam, estando

determinadas por uma série de relações, que mudam de acordo com cada contexto histórico.

Assim, nota-se que a luta é um fenômeno que se insere nas relações de trabalho, pois sendo vista como ação humana consciente, e transformadora, torna-se um processo de trabalho, que perpassou através dos tempos, e gerações, para suprir necessidades dos homens, assumindo valores diferenciados de acordo com cada sociedade, baseada nos determinantes econômicos de cada época, representante da infraestrutura social, e nos fatores políticos, jurídicos, que compõem a superestrutura social.

As lutas formam então, um conjunto de atividades, repletas de sentidos e significados culturais, e históricos, construídas ao longo das civilizações que as permeiam, e reconstroem-nas, transformando-as em elemento historicamente edificado durante as gerações, representando assim um saber significativo, para os novos homens que se apresentam. Pois, sendo atividade desenvolvida, e transformada ao longo dos anos, é construtora também da atual sociedade que se apresenta, logo, suplemento da cultura humana, e integrante da cultura corporal, sendo um conhecimento clássico, por ter resistido apesar do tempo, e diferentes meios de produção, firmando-se essencial pelo valor adquirido no processo de produção, e reprodução da vida humana, elementar no processo de humanização.

Considerando a escola, representação institucionalizada do saber, responsável pelo o ensino-aprendizagem do conhecimento científico sistematizado, para “desenvolvimento humano”, insere-se nesta a responsabilidade social de garantia dos conteúdos elementares, e instrumentos necessários para a construção do ser social crítico. Portanto, as lutas que se apresentam como elementos clássicos dentro da cultura corporal, que adquire valores estéticos, lúdicos, saudáveis, competitivos, artísticos, de acordo com as necessidades do homem que a produz, e do meio que a determina, mostram-se como conteúdo relevante dentro do seu âmbito, tendo em vista a importância do seu conhecimento para assimilação, e entendimento do desenvolvimento de atividades, e principalmente formas de trabalho humano, que em conexão com os demais conhecimentos, formam alicerces para o desenvolvimento da consciência humana.

E, tendo cada luta seu surgimento ligado à necessidade da sua sociedade fundante, em um dado momento histórico, e ressignificada ao longo do tempo através das culturas, sociedades, e momentos que se apresentam, tem elas de maneira específica uma importância social singular.

Dentre estas, tem o judô um relevante particular expressivo, pois sendo uma luta contemporânea formada através de Jigoro Kano, que era professor, economista, político, e pesquisador, pôde a mesma ser elaborada sob as bases de pesquisas e estudos, que analisaram a necessidade de princípios educacionais na luta corpo-a-corpo, com a premissa de valores morais, e educação física, para utilidade social.

O judô teve sua origem então, baseada no conceito de luta para educação social e trabalho útil, onde o objetivo não era a luta como um fim, mas um meio para o aprimoramento humano, praticada sob a dialética de ataque e defesa, ação e reação, “ceder para vencer”, que mesmo determinado pelo sistema capitalista, que se desenvolve através da exploração do trabalho humano, adquiriu um caráter de organização, e sistematização, para transmissão de seu conhecimento, apresentando um projeto pedagógico para o ensino da luta, sob os preceitos de desenvolvimento dos princípios e valores baseados na solidariedade, coragem, respeito, humildade.

Tais fundamentos, que no atual momento histórico, estão sendo colocados de lado, principalmente em detrimento a sua transformação como fenômeno esportivo, que lhe remete a condição de mercadoria, pela competição capitalista, que acirra o egoísmo, individualidade, corrupção, e a fragmentação do trato do seu conhecimento, que tornam seu processo educativo alienante, consequência dos artifícios do capital, que consegue configurar o aparente como pseudo real, logo transformando os princípios do *seiryoku zenyo* e *jita kyoei*, que significam o máximo de energia e eficiência, para prosperidade mútua, em benefício ao seu modo de produção.

Portanto, o judô na condição de luta, vinculada ao saber científico de compromisso social, elemento da cultura corporal, e constituinte da cultura humana, mostra-se importante na escola, para que auxilie no trabalho educativo através da ressignificação de seus valores, princípios, e práticas, e ajude no processo de desenvolvimento da personalidade humana, educando-a

para o real trabalho útil, aquele capaz de desenvolver a força intelectual potencial, para agir sobre a violenta luta de classes, a luta social, a luta real

## **2. O TRABALHO COM AS LUTAS NA EDUCAÇÃO**

Para compreender o papel que podem desempenhar as lutas na educação, é antes de tudo necessário perguntar-se o que são as lutas? Qual a sua necessidade, ainda nos dias de hoje, na nossa sociedade? Seriam as lutas, no contexto atual, um fenômeno esportivo, mercadológico, atividades integrantes da cultura humana, ou simples atos de violência de homens contra homens?

Bem, fazem-se importantes os questionamentos sobre as lutas, tendo em vista que as mesmas adquiriram ao longo dos seus processos históricos, e desenvolvimento em nossa sociedade, sentidos e significados diferentes, de acordo com os desdobramentos históricos, e contextos sociais que a produzem, e reproduzem. Sendo elas adotadas em diferentes civilizações, com formas distintas e específicas, perpassadas ao longo dos anos, até os dias atuais.

E, em virtude do fato de que, desde tempos imemoriais, estarem associadas a questões que dizem respeito diretamente a sobrevivência dos homens, as lutas assumem um lugar, como conteúdo clássico dentro da cultura corporal, pois alicerçadas pela ação do homem, ao longo de sua história, em tempos e espaços determinados historicamente, e passado ao longo das gerações, adquirem significados sócio-históricos importantes para a cultura humana, e sua humanização (TAFFAREL; ESCOBAR, 2006).

Mas, então quais seriam esses significados? E, porque seriam estes importantes? Dentro da atual sociedade, que tem como plano de fundo, uma luta de classes? Possui estes o mesmo sentido ao longo da história humana?

Então, para compreensão dos seus significados, é fundamental que fique claro a importância das suas determinações através do tempo, as quais garantem a sua construção social, bem como seu signo atual.

As lutas devem ser entendidas, como fruto de necessidades humanas, em um dado contexto histórico, resultando de fatores econômicos, políticos, culturais. (JÚNIOR ET. AL., 1999, p. 15) Os quais estão inteiramente ligados ao trabalho humano, que segundo Engels (1990, p.1), “é condição básica e fundamental de toda vida humana”.

O trabalho, que deve ser visto sob a óptica de atividade fulcral de transformação humana, que através, e por ele, o homem se edifica, bem como constrói, seus meios de sobrevivência, assim como a própria sobrevivência, o qual é ainda determinante, e determinado pela política, cultura, e em última instância, economia, as quais atendem as necessidades do próprio homem. Premissa que direciona a luta a condição de trabalho humano, tendo em vista que sua gênese e desenvolvimento provêm de determinados anseios do homem, sendo ainda influenciadas por outros tipos de trabalho.

O homem se desenvolveu, tornando-se sujeito do processo de trabalho, inicialmente sob leis biológicas, com adaptações dos seus órgãos as necessidades de produção, e também sob as leis sócio-históricas que regiam a própria produção, e fenômenos que a engendram. (LEONTIEV, 1978, p. 262)

Isto, quer dizer, que o desenvolvimento humano se deu pelo trabalho, visto de maneira, morfológica, cultural e material, já que a comunicação, instrumentalização, que dependiam proporcionalmente das relações sociais, se tornavam necessárias para o processo de trabalho, que objetivava a garantia de sobrevivência, modificando assim, o homem de maneira fisiológica, com a evolução de seus sistemas, órgãos funcionais, e intensificando as próprias relações sócias, pela melhora de seus sistemas, e seu processo de trabalho.

Estas construções, e evoluções foram passadas para novas gerações, desenvolvendo progressivamente aptidões e funções ao homem, as quais o tornaram animal distinto, já que o mesmo foi capaz de modificar, e apropriar-se do meio em que vive, construindo assim sua natureza através do trabalho. Evidenciando então, que o trabalho se adapta a vida, e adapta a vida.

Vida esta, que segundo Taffarel (2010, p. 23), é estabelecida pelas relações sociais necessárias e independentes da vontade dos homens, sendo esta uma produção social, que está ligada a uma distinta fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Isso quer dizer, que as lutas assim como toda a existência humana, tem o trabalho como determinante em última instância, no alicerce da estrutura social, sendo este responsável pela transformação do homem, que modifica a natureza, assim como é ao mesmo tempo modificado por ela, e que está condicionado ao modo de produção vigente.

Portanto, a luta que está presente ao longo das civilizações, sofre influência direta do sistema de produção que a rodeia, produz e reproduz, sendo, atualmente, determinada em última ordem pelo trabalho no sistema capitalista, que condiciona a adoção de novas interpretações, que segundo Carvalho (2007, p. 167), seguem a ideologia da classe dominante, baseadas principalmente nos valores de troca.

Valor de troca que dentro do sistema capitalista é obtido através da exploração da força de trabalho, ou seja, da exploração da atividade do trabalhador, que surge agora como mercadoria. Na relação de troca com o proprietário capitalista, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário com o qual obtém seus meios de subsistência (MARX apud TAFFAREL, 2010, p. 22). Este processo de exploração da força de trabalho produz para o capitalista valores de troca ainda maiores.

As determinações do modo de produção, predizem então a maneira que serão aplicados os conhecimentos produzidos pela sociedade, onde enquadram-se também aqueles produzidos, a respeito das lutas, e que inevitavelmente remetem-se a infraestrutura econômica, e superestrutura política, jurídica e ideológica.

O atual significado das lutas, então, estaria subjugado, ou subsumido aos interesses do capitalismo, no qual prepondera o homem forte, e obediente ao sistema, que transforma a luta como um fim, e alimenta o mercado, através do consumo de materiais esportivos, suplementos, ingressos em eventos, medicamentos, academias, inscrições competitivas, filmes “hollywoodianos”, brigas de rua, que formam relações produtivas em prol do trabalho alienado. Carvalho (2007, p. 169), exemplifica este processo através do judô, citando que:

Enquanto mercadoria ou objeto possível de ser adquirido por um preço módico, ou exorbitante em alguns casos, o

judô tem seu valor intrínseco não mais determinado por uma filosofia ou por uma ética, pois como objeto intercambiável seu valor é condicionado pelas leis impessoais do mercado capitalista.

O lutador forte, corajoso, e obediente seria o figurativo ideal do homem preparado para o mercado. E, se tratando de força, as lutas, se adéquam a representação desta, tendo em vista que o ato de lutar, através das atividades de ataque e defesa, requerem estímulo para produção de potência, que é uma valência física com combinação de força e velocidade, e que segundo Fleck e Kraemer (2006, p. 165 - 169) em atividades como as lutas, a produção de força e potência com todo o corpo são a base para o sucesso das ações, isso é da superação dos obstáculos. Portanto, a aplicação de força nas lutas, pontencializa a probabilidade do sucesso.

Entretanto, quando o objetivo é determinado pela superação do mais forte, sobre o mais fraco, através da força física, vemos a luta tomar violenta “forma física”, como se pode observar em muitos vídeos amadores nas redes sociais, entre os que se dizem praticantes de lutas.

Então, seria apenas a força física, que a luta deve desenvolver? A coragem está na superação do forte sobre o fraco? E o ideal é o lutador do capital? Aquele que é mero praticante da modalidade?

Bem, nos remetemos novamente a citação de Carvalho (2007, p. 169), em que é o judô a luta em apontamento, mas que serve como exemplo aplicado às demais. As lutas, a partir da análise vista sob a influência das leis de mercado, perderam seus valores intrínsecos, e tornaram-se meras práticas repetitivas mecânicas, para uso da força física. Pois, impregnadas pelos interesses políticos e econômicos, mostram-se atendendo aos interesses do processo produtivo vigente, atualmente o mercado capitalista, submetendo-se assim a condição de atividade alienante, já que a consciência é mascarada, pela distorção da imagem do real, que é aparente, e em consequência substitui valores genuínos, por práticas a-históricas, e a-políticas, que distorcem o pensamento crítico, fortalecendo o capital, e a exploração do trabalho.

A atividade produz a consciência e esta se apresenta como uma imagem psíquica que revela ao sujeito o mundo que o rodeia. Posteriormente, a atividade se converte em objeto da consciência, na medida em que ao

viver coletivamente os homens se tornam cientes dos atos dos outros homens e ainda de seus próprios atos. Essa é a premissa básica para o surgimento das ações e operações, que transcorrem na mente, no “plano da consciência..” (GOELLNER, 1990, p. 290)

Portanto, a atividade alienante pode, produzir uma consciência alienada, que por sua vez, se instaura nas ações do plano da consciência, que age sobre o real. Contudo, a superação deste processo de consciência e ação nas lutas, começa pela superação do simples ato de praticar, e reproduzir que estão aplicados a estas, subjugado pela lógica capitalista, através do desenvolvimento da força intelectual sobre a atividade material, redirecionando para a consciência crítica, pela ressignificação das lutas como trabalho humano, e para o trabalho humano.

A lutas devem ser entendidas como atividade, que apropriam-se da realidade e modificam-na, mediatizando a ação humana na natureza. Assim, tornando-se uma propriedade inerente à vida, humana quando consciente. (GOELLNER, 1990, p. 288) É necessário transforma-las, ao norte da humanização, para que tomem forma no meio da luta de classes.

Então, as lutas devem ser tratadas, como atividade da produção humana, assimiladas, e apreendidas através da educação, a qual Taffarell (2010, p. 25) cita que lida principalmente com o conhecimento construído através das relações vitais humanas, pelo processo de trabalho, bem como colocada por Saviani (1984, p. 2), sendo ela mesma um próprio processo de trabalho.

...o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e, de outro lado e concomitante, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1984, p.3)

Assimilação, que Goellner (1990, p.289) diz ser um processo de reprodução nas propriedades do indivíduo, daqueles domínios historicamente

formados pela espécie humana, o qual acontece pela comunicação com outros homens, através daquilo que foi produzido materialmente e espiritualmente. Sendo a assimilação dos elementos culturais das lutas, e a forma escolhida para essa transmissão, determinantes para o processo de trabalho, que poderá ser baseado no aprisionamento, ou libertação do pensamento crítico.

Portanto, o ensino das lutas baseado no contexto de produção do trabalho humano, vista como um tipo de trabalho, que atende as necessidades do homem ao longo de sua história, transmitida através das gerações, pode possibilitar o desenvolvimento consciente de sua prática, direcionado, pela assimilação, compreensão de sua existência em tempos, e civilizações diferentes, através do seu processo de produção.

Tal, atividade que acontece pela/ e através da educação, que é produção totalmente humana, classificada por seu trabalho não-material, onde o produto não se separa do ato de produção, sendo o mesmo objeto fundante da escola, instituição que trata do saber científico, e sistematizado.

Saviani (1984, p. 1), afirma que o trabalho não-material é a produção de conhecimentos, ideias, valores, conceitos, símbolos, atitudes, habilidades, e que automaticamente a educação está localizada nessa categoria de trabalho, porém esta possui dois tipos, sendo o primeiro referente as atividades em que o produto se separa do produtor, com intervalo entre a produção e o consumo, no caso dos livros e objetos artísticos, e a segunda, são as atividades onde a produção e consumo acontece simultaneamente, e é nessa modalidade que se encontra a educação.

Assim, como pode ser justificado o ensino das lutas na escola, que é a unidade de ensino científico? Poderia o ensino destas, assumir papel educativo individual, e coletivo? E, qual seria a justificativa da importância de seu aprendizado na vida cotidiana?

A justificativa perpassa pela gênese da luta, até a forma de produção atual, através do seu movimento dinâmico ao longo da história humana.

## 2.1 A LUTA PARA ALÉM DO ESPORTE

Para melhor entender as lutas no atual cenário social, é imprescindível fazer um retrospecto dos seus acontecimentos, e necessidades para a vida do homem, entendendo-a como e através do trabalho, bem como perceber seus movimentos ao longo desse trajeto, desconsiderando a mesma como algo engessado, e sem valor sócio-histórico.

As lutas como trabalho, podem ser percebidas claramente a partir da sua gênese, que vem através da luta do homem sobre a natureza, e está diretamente ligada ao início da civilização humana, no seu processo de desenvolvimento psíquico, biológico, e social.

Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, que tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro. (ENGELS, 1990, p. 4 e 5)

A evolução veio pela relação do homem com o meio, e pelo ato de dominar, que vem sobreposto à ação de lutar com a natureza, segundo Júnior (2014, p.2) o início das lutas vem desta premissa, que através de uma sociedade comunal, onde a ação de lutar estava sob a natureza, como meio de sobrevivência, onde os homens lutavam com a mesma, com objetivo de adquirir os meios para suas condições de vida. Isso é, lutavam para sobreviver, e sobreviviam para lutar, melhor dizendo, eles produziam sua permanência sobre, e na natureza, e assim faziam da luta uma forma de trabalho, e produção, evoluindo em diferentes aspectos.

O processo de desenvolvimento das lutas começa com o processo de desenvolvimento do trabalho, pois a partir da necessidade de adaptação da

natureza, e à natureza, o homem acaba por “lutar” com a mesma, para garantir sua sobrevivência, então, o homem trabalha, através da luta pela sobrevivência, que acaba por desenvolvê-lo biologicamente, psiquicamente, e socialmente.

Neste momento, na maioria das vezes o desprendimento de força física, e violência, são sobre a natureza, na intenção de obter melhores condições de vida, para si, e sua comunidade, tendo em vista que primeiramente o meio de produção era comunal.

...a relação da violência na história da humanidade a partir de dois grandes períodos. O primeiro deles reporta a uma sociedade sem classe. Neste momento as ações ditas violentas se davam entre o ser humano e a natureza. Até acreditamos que o termo mais próximo ao que significa esta atividade é “trabalho... uma alteração qualitativa na ação de violência. Tendo a mediação histórica “sociedade de classes”, passa o ser humano a agir violentamente entre si. Esta violência se dava (e se dá) entre o possuidor e o não possuidor de meios de produção. (JÚNIOR, 2010, p. 3 e 4)

A violência é algo intrínseca nas lutas, mas a forma com a qual esta é produzida, muda de acordo com as necessidades humanas, vigoradas pelo sistema de produção, que a determina. Ao instante em que surgiram tribos pioneiras que ocupavam plantações, e criavam rebanhos, estas tiveram que coexistir com nômades, e essa convivência impunha certa tensão, em tempos de fome, onde os nômades famintos eram tentados a atacar vilarejos próximos, que mantinham estoque de comida, e os habitantes dessas comunidades por sua vez, fortificavam-se, e mantinham a vigilância, de maneira organizada para proteger os seus estoques de colheita. (BLAINEY, 2008, p. 33)

Evidenciando, assim que na tentativa de proteger sua produção, os homens passaram a lutar entre si, e agir violentamente uns contra outros, através da divisão daqueles que obtinham os meios de produção, e os que não tinham. A sociedade passa a ter a luta de classes, que segundo Marx *apud* Júnior (2010, p. 3), já é por si, um ato de violência, sendo a luta produzida neste momento, literalmente entre classes. Então, pode-se entender que

atividade de enfrentamento corpo-a-corpo veio a partir da necessidade de um homem dominar outro, com a sua incisão da comunidade em classes.

Os homens apropriavam-se de maneira coletiva dos meios de produção existente, e nesta circunstância se educavam, e educavam novas gerações, prevalecendo assim o modo de produção comunal, que podemos chamar de comunismo primitivo, entretanto o desenvolvimento do processo de trabalho, desencadeou a divisão do trabalho, e apropriação privada de terra, conseqüentemente rompendo a sociedade, em virtude da exploração do trabalho alheio pelos proprietários de terra, provocando a divisão de classes, e desde então o rompimento da unidade vigente, a apropriação privada, era agora o principal meio de produção. (SAVIANI, 2007, p. 154 e 155).

E, este novo modelo de produção, preponderando à posse privada, e a divisão do trabalho, gerou como afirma Leontiev (1978, p. 267) “A concentração das riquezas materiais nas mãos de uma classe dominante que é acompanhada de uma concentração da cultura intelectual nas mesmas mãos.”

Deste ponto, as lutas começam a adotar um formato diferente, pois é desse contexto de dominação de homens sobre homens, que as mesmas atenderam as novas necessidades humanas, como ferramenta a favor do ataque e defesa de homens contra homens, alimentada pela “luta de classes”.

A classe dominante, detentora dos meios de produção, passa ao exercício da força intelectual, e física para o domínio da “força de trabalho”, em contrapartida a classe trabalhadora, que é a própria “força de trabalho”, exerce força de resistência, principalmente física, através de ataques violentos, para se defender diante das tentativas de dominação, luta-se, agora pela produção. Então, homens lutam para superar outros homens, a luta que antes era exercida com a natureza, é agora posta pela divisão de classes.

Desta relação humana domínio e resistência, entre as classes, que a luta se molda como ato violento, Vázquez *apud* Júnior (2010, p.3) trata que a partir desse desenvolvimento da sociedade de classe, o homem passa a agir violentamente entre si, pois a violência encontra-se entre o que possui, ou não os meios de produção.

A luta ganha agora como sombra a relação violenta entre os homens, projetada pelo modelo econômico, da sociedade de classes, que toma corpo com a propriedade privada, e trabalho escravo, e entrelaça ao longo do tempo

o desenvolvimento das grandes civilizações, que instaura também a aquisição de riquezas, através da dominação de outros povos, entrando em cena o poder bélico como representante de poder político.

Exemplo disso segundo Blainey (2008, p. 88) é o talento Romano, em produzir generais, almirantes, marinheiros, exército que resultou no maior império visto ao longo da história. É deste ponto, que observamos, a partir das civilizações antigas, a transformação do domínio da luta, como principal atividade para os seus exércitos, em prol de conquistas durante guerras, e invasões.

A manifestação de novas formas políticas, e econômicas traz às lutas, juntamente com as armas brancas, a condição de fulcro principal para a sustentabilidade de um novo tipo de estruturação social, aquele em que povos escravizam povos para a aquisição de novas forças produtivas. “Toda prática corporal (como o ju jitsu) surge a partir de determinadas necessidades sociais enfrentadas pelos seres humanos, em função de um dado contexto histórico específico e de seus fatores econômicos, políticos e culturais.” (JÚNIOR ET. AL., 1999, p. 15)

Naquele momento, as verdadeiras potências políticas, assim como hoje, eram aquelas que detinham uma grande força armada, preparada para guerra, e defesa contra estrangeiros, e nesse perfil a luta começava a se moldar em benefício dos guerreiros, alicerçando o treinamento de suas práticas, bem como o desenvolvimento de técnicas de acordo com cada particularidade, como traz Blainey (2008, p.69), ao citar a civilização grega que preparava seus exércitos através das práticas, desenvolvidas em combates, com o desenvolvimento da luta livre olímpica, que tinha a prática do corpo-a-corpo.

E, é dentro da necessidade específica de cada povo, de acordo com seus aspectos culturais, e interesses que surge a sistematização das lutas, como conhecemos no atual contexto. Júnior (2014, p. 4 e 5) diz que:

...uma dada fase de desenvolvimento da história da humanidade, mais precisamente, uma história de luta por sobrevivência, precisou o ser humano sistematizar lutas - no sentido restrito. O desenvolvimento destas que se nos apresentam como karate, judô, tae kwon do, capoeira, etc.

Portanto, cada luta se desenvolve dentro de distintas sociedades que a criam, e a transformam de acordo com sua necessidade, que é determinada pelo seu poder econômico. Segundo o Guia de Artes Marcias (2014, p. 10 e 11), os budistas diante de constantes ameaças, e perseguições de bandidos, e do governo indiano, durante o trabalho de disseminação da doutrina espiritual, que desencadeava uma ação de caráter social, contrário ao governo local, desenvolveu uma luta, o ju-jutsu antigo, que era baseada na utilização de conhecimentos nos pontos vitais do corpo, baseadas na biologia através de golpes fundamentados nas leis da física de tração, equilíbrio, sistema de alavancas, gravidade, e que tinha o objetivo de conter os adversários, sem a utilização de armas.

Tal luta, que é antecessora das demais formas de luta do continente asiático, inclusive a luta à cavalo, que foi aprimorada pelo exército chinês, em virtude da necessidade de se defender de possíveis ataques sobre seu extenso território, circunstância que Blainey (2008, p. 77) apresenta ao citar, que a China, sentia-se frágil, e ameaçada próximo as regiões de campinas, as quais nutriam cavaleiros estrangeiros hábeis nas lutas, e que serviam como grande ponto de entrada para as invasões estrangeiras.

Já, a apropriação desta, no Japão feudal, se deu pelos samurais, que eram a guarda japonesa, sendo suas práticas adaptadas de acordo com as necessidades apresentadas, e incorporadas as atividades de luta desta classe, proporcionando o surgimento das lutas japonesas como *kenjutsu*, *kiudô*, *karatê*, *aikidô*.

Porém, a mudança do sistema feudal para o capitalismo no território japonês redefiniu novamente o contexto das lutas. Nos escritos de Jigoro Kano (2008) e Gichin Funakoshi (1999), encontramos a criação do judô assim como o desenvolvimento do karatê moderno, adaptados e moldados pela Restauração Meiji, que significou para o Japão, a abertura de seus portos para o mundo capitalista, e marcou novas reformas econômicas, políticas, e educacionais, fato que em contrapartida marginalizou o antigo ju-jutsu, a luta corpo-a-corpo praticada por samurais durante seus combates, a qual com a extinção da classe samuráica, e o desenvolvimento das armas de fogo, colocou-a em descrédito, alavancada pela necessidade de remodelar as lutas em solo japonês, as quais deveriam reafirmar a cultura nipônica, sem destruir a

obediência do imperador, abolindo técnicas de finalizações, que “colocassem a vida do adversário em risco”.

Do ponto de vista histórico, as modernas sociedades burguesas, nascidas da “queda” das sociedades feudais, não aboliram o antagonismo entre as classes e nem as classes, ao contrário, engendraram novas classes, novas condições de opressão, exploração, extorsão, novas formas de luta no lugar das anteriores. A chegada dos bucaneiros americanos ao Japão foi uma decorrência da criação do mercado mundial das modernas burguesas (as classes médias no sistema feudal guindadas à condição de classe dominante), responsáveis pela expansão industrial e navegação oceânica. (CARVALHO, 2007, p. 82)

Com isso, seriam as técnicas de finalizações retiradas e proibidas das novas lutas japonesas, como o judô, para zelo durante a prática, ou para controle diante da população? Sociedade que agora tinha extinguido os *daymios* (senhores feudais), *samurais* (guarda nacional), os remetendo a classe proletariada, dominada pela minoria burguesa, detentora dos meios de produção, e determinantes no domínio da força nacional?

Transformar o país de cima sem se arriscar a uma resistência passiva, desintegração ou revolução é extremamente difícil. Os dirigentes japoneses estavam na posição histórica excepcional de serem capazes de mobilizar o mecanismo tradicional da obediência social para os propósitos de uma repentina, radical mas controlada “ocidentalização”, sem maior resistência que as ocasionais dissidências dos samurais e as rebeliões camponesas. (HOBSBAWN, 2014, p. 233)

É importante ter como exemplo de desdobramento, as lutas asiáticas, em especial no Japão, para entender a importância de seu controle, e transformação de trabalho, diante do sistema econômico, que se apresenta, através do capitalismo. Costa (2005, p. 117) baseado no pensamento marxista afirma que tudo que é criado pelo homem, contém em si um trabalho passado, que só pode ser reanimado por outro trabalho, como uma espécie de ressurreição. Espécie de trabalho, que tem como determinante o capitalismo, estruturado sobre o trabalho, valor, lucro, troca, lei de mais-valia.

“O capitalismo vê a força de trabalho como mercadoria, mas é claro que não se trata de uma mercadoria qualquer. Ela é a única capaz de criar valor.” (COSTA, 2005, p. 117) Neste momento, a luta é determinada como um meio para os engendros do capital, seus significados tomam novo rumos, distanciando-as do combate real, e levando-a a uma alienação no seu seio de produção. Afinal, tendo em vista que a força de trabalho, do trabalhador, gera a mercadoria com valor, este deve ser preservado minimamente, para manutenção da produção, e dinâmica do sistema econômico.

As lutas no processo de globalização, agora tornam-se produtos com valor de troca, adotando características esportivas. A concepção de novo mundo, onde existe a necessidade das nações estarem interligadas, a partir dos interesses de mercado, partindo do pressuposto do movimento de modernização, colocam as técnicas de combate ultrapassadas, substituindo-as pela definição esportiva, onde influenciada pelos esportes ocidentais, as lutas passam a ser assumidas como esporte.

Tendo o esporte uma produção histórico-cultural, subordinada aos códigos e significados do capitalismo, assim como as lutas, não se afasta das condições a ele inerentes. Entretanto, este tem a competição, nele intrínseco, que interpretado sob a visão do capital, acaba por estimular o seu mercado, pela a ideia de supervalorização do campeão, e da vitória, que acirra a briga por melhores resultados, e gera o consumo, muitas vezes a qualquer custo dos meios para excelência de performance.

Contudo, é importante a competição, não ser tarjada como prática negativa, mas como atividade necessária ao ser humano, o qual vive constantemente em competição por melhores condições de vida, o que se contesta, é maneira como a sociedade conduz a competição esportiva, aos interesses capitalistas, que coloca como significativo apenas o vencedor, desvalorizando todos os outros que dela fazem parte.

O esporte deve ser tratado como importante conteúdo da cultura corporal, principalmente na escola, sendo abordado como uma atividade histórica, culturalmente desenvolvida, a qual pode ser realizada com diversos objetivos, sendo estes recreativos, terapêuticos, estéticos, não ficando preso, meramente a competição excludente. (ESCOBAR E TAFFAREL, S/D, p. 13)

As lutas tomando características esportivas, através da sua institucionalização, e prática competitiva, são nomeadas como esportes de combate, e transformam-se em produtos do capitalismo, onde o valor de troca sobressai os valores históricos e culturais.

O esporte-espetáculo é um produto típico da cultura ocidental. Ele é fruto da modernidade capitalista e da sua busca pelo lucro, pelo rendimento industrial e tecnológico, sua ânsia pela dominação da natureza (via ciência) e pelo domínio político como alicerce da exploração econômica. (JÚNIOR ET. AL.,1999, p. 16)

A questão que se sobressai então, não é a luta adotar o conceito esportivo, pois é inegável o esporte como elemento de prática social, com codificações dentro da cultura corporal, mas o que se aponta são as relações de produção que estão apropriadas a esta, a partir dos interesses políticos econômicos. Os esportes de combate, como algo com o fim em si, e em detrimento a indústria que a rodeia.

Quando um esporte (como objeto) é transformado em mercadoria já não é usado para seus propósitos originais, ainda que posteriormente venha a ser utilizado como meio à satisfação de uma necessidade fora das leis de mercado, é porque foi convertido em coisa não com “valor de uso”, mas com “valor de troca”. (CARVALHO, 2007, p. 169)

A mercantilização esportiva das lutas, vendida pela mídia, através dos seus eventos competitivos, dentre eles, em especial os Jogos Olímpicos modernos, tarjam atletas como produtos, marcas com alto valor de mercado, índice de medalhas como resultado de supremacias nacionais, alimentada pela competição de homens contra homens, alavancada pelos investimentos tecnológicos, e de ciência.

Como podemos ver recentemente no MMA, com o uso de esteroides/anabolizantes, pelos seus lutadores, que na busca do melhor resultado, utilizam drogas para potencializar sua performance, e assim, garantir o contrato com patrocinadores, altos pagamentos por luta, divulgação de imagem, para venda, e propagandas, que estimulam, e são estimulados pelo

sucesso da grande venda de ingressos para acompanhar os combates, e o recorde de transmissão em pay-per-view.

Pensemos, o esporte é caracterizado principalmente pela sua institucionalização, e competição, baseado em fatores econômicos, e políticos, que tem como pontos de desenvolvimento a ciência e a tecnologia, sendo estas segundo Taffarel (2010, p. 27) forças produtivas, pois sua inserção no processo produtivo, aumenta a produtividade do trabalho, gera mais-valia, garantindo a acumulação do capital e as condições que a perpetuam; e sendo ainda controlado pela burguesia na figura de suas instituições, são, portanto, as lutas esportivizadas, assim como outros esportes-espetáculos, consumidos e propagados, sob as leis do capital, mas com a premissa de esporte como ferramenta de desenvolvimento social, muitas vezes visto como possível redentor em meio as políticas públicas nacionais, como vimos facilmente nos “projetos esportivos” para crianças e adolescentes, principalmente da classe trabalhadora, patrocinados por instituições privadas, e governamentais no Brasil.

Mas a partir da sua essência, que Kosik (1989, p. 10) apresenta como sendo a estrutura da coisa, sendo esta, núcleo interno essencial, realidade vista a partir da existência do real, não sendo compreendida na sua forma imediata, mas pela capacidade de abstração, e assimilação científica, entendemos o desenvolvimento das lutas esportivas como fruto também do processo de alienação do trabalho.

Entender agora a luta no processo mais amplo de alienação do trabalho, em virtude da exploração do trabalho, é também entender como se dá o processo de alienar, os homens politicamente, é emprestar as lutas um sentido de desumanização, representada por estas, como produção mecânica esportiva, que desapropria-a das relações políticas, econômicas, e culturais, e que em muitos casos em detrimento do grande poder de competitividade, e necessidade de poder, transforma-se na vida cotidiana em ato de violência, como pode ser observado em vídeos amadores nas redes sociais, ou através de lutas esportivas televisionadas com alto poder de venda, que garantem imagens da agressão de homens contra homens, para animação de público, assim como era feita na época dos gladiadores, mas diferente desse período em que tais lutadores, eram escravos que lutavam por sobrevivência, esses

lutadores contemporâneos lutam para sobrevivência vendendo sua força de trabalho em forma de luta.

Podemos ver hoje o MMA (Artes Marciais Mistas), versão moderna do vale-tudo, com inserção de novas regras, assim como o jiu-jitsu brasileiro, que foi desenvolvido a partir do judô, porém com principais golpes de torções, e estrangulamentos no solo, como potenciais produtos de consumo, e venda. Batendo segundo o Guia de Artes Marciais (2014, p. 44 e 45) os recordes de audiências em transmissões em televisão a cabo *pay-per-view*, e tendo como papel crucial a internet na propagação das lutas, com a variedade de sites de divulgação, e venda de produtos para praticantes, e seguidores. Mercado que não vem se abalando, mesmo com os comuns casos de doping de seus lutadores, e casos de violência de rua com participação de seus praticantes.

E, seriam os dopings, e violência, artifícios do lutador para tentativa de conquista do melhor resultado, ou artifício do sistema capitalista para estímulo a produção? Poderiam as lutas dentro do sistema capitalista, serem constituídas de princípios, e valores, assumindo papel como meio, e não como fim, apoiado no patrocínio de marcas esportivas, suplementos, fármacos, televisão, fascinadas pela a figura do campeão olímpico, ou ganhador de cinturão?

Acredita-se que superar, a aparência, forjada pela a máquina capitalista, que molda as coisas a seu favor, requer primeiramente uma atenção ao trato do conhecimento das lutas, sendo esta tratada e percebida como trabalho humano, construído a partir das necessidades sociais, históricas, sendo constituinte da cultura humana, elemento da cultura corporal, objeto de estudo da Educação Física.

Sendo, esta ação possível através do trabalho educativo para, e com as lutas, na condição de ressignificá-las como trabalho de valor social no desenvolvimento da humanização, que está evidente no seu processo histórico de produção, e sobrevivência do homem, superando-a como simples práticas para além do esporte, guerras e “violência urbana”.

## 2.2 AS LUTAS E O TRABALHO EDUCATIVO

Ao posicionar as lutas no processo mais amplo de trabalho, construído, adaptado, e em constante movimento na história humana, podemos entendê-las como atividades que podem vir a contribuir para o processo de humanização, pois estas sofrem, assim como recebem, influência e transformações do meio, e dos homens, conseqüentemente posicionam-se no modo de produção e reprodução da vida.

Estando elas na condição de agente ativo no modo de produção, determinado pelas forças produtivas e relações de produção, adquire um papel no cenário de sobrevivência, e vida humana, então, sendo estas, conhecimentos que não devem ser negados, no processo educativo humano, pois a partir delas, e por elas podem ser parcialmente explicados, e entendidos, os homens de maneira individual e coletiva, bem como posicioná-lo como ser social ativo dentro da história.

Os homens aprendem a produzir e reproduzir sua existência, no próprio ato da produção, pelo trabalho que se desenvolve, aprofunda, e complexifica, a sua produção é ao mesmo tempo, a sua formação, isto é um processo educativo. (SAVIANI, 2007, p. 154) E, tudo aquilo que é produzido, e se faz parte na essência de sua formação, e desenvolvimento, é por si “elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos.” (SAVIANI, 1984, p.3) Elementos que são assimilados através da educação, que é também um processo de trabalho, assim como um processo para o trabalho.

Portanto, aquisição do conhecimento das lutas, se dá a partir do trabalho educativo, que tem a relação entre homens, e está relacionado aos fenômenos culturais, as quais estas representam, e transformam singularmente, e coletivamente cada indivíduo.

As aquisições de desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, “os órgãos da individualidade”, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homes, isto é, num

processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela função, este processo é, portanto, um processo de educação. (LEONTIEV, 1978, p. 265)

A aquisição de conhecimento, pelo trabalho educativo, que irá transmitir a concepção de mundo, pelo qual será assimilado este conhecimento, não deve ser desvinculada da prática, para agir sobre o real, transformando-o em trabalho útil, onde o ser ocupa lugar concreto nas relações, e também se situa como sujeito social dentro de um determinado meio. Goellner (1990, p. 290) fala que a atividade se transforma, e vai enriquecendo quando entra em contato com a realidade objetiva, e fica subordinado a ela. Nesse processo é solidificado o seu produto, e assim, a imagem do consciente assume a função de medida ideal que se coloca na própria atividade.

Em conseqüente, o trabalho educativo das lutas, deve considerar o momento histórico que se apresenta individual e coletivamente, em relação aos seus significados atuais, e produção dentro da sociedade capitalista, mas sem desconsiderar suas produções ao longo da história. Para que o sujeito seja capaz de interpretá-la, e produzi-la de maneira consciente, para agir sobre o meio, de maneira consciente e não simples coadjuvante no processo histórico. Direcionando seu aprendizado, como ato político, tendo em vista que política, não se restringe a campanhas partidárias, ou partidos políticos, mas ao que Marx definiu como superestrutura social, vindo das relações sociais de poder, quebrando a ideia de que as lutas estão desvinculadas do ato político, rebaixadas ao cerne de exercícios destinados a saúde, e qualidade de vida.

“Educar é ato político e toda tentativa de isolar educação da política se configura como separação artificial, e na melhor das hipóteses, artifício didático. Sendo então política, a educação não deveria ter a pretensão de encher cabeças, mas deveria fazer cabeças.” (CARVALHO, 2007, p. 185)

Contudo as lutas, não devem ser limitadas apenas as academias, recheada de definições competitivas, ou de manutenção estética, sendo

isolada do mundo que a determina, mas deve ser posta como elemento construtor, repassado durante as gerações, que em última instância é determinado pela economia vigente.

Sabe-se muito bem que, a “nova história” se caracteriza por seu interesse pelos eventos reais, singulares ou específicos, ela é a história do ocorrencial que incita a voltar ao simples – cotidiano – e abandonar a história real, que é uma ciência política, cuja objetividade científica é dada pela correta aplicação de leis, categorias e generalizações que organizam os dados em sua significação real. (ESCOBAR E TAFFAREL, p. 2)

A dissociação do ensinar por ensinar, reproduzir por reproduzir, fruto da alienação, e estado aparente, traz as lutas ao patamar de trabalho educativo útil, o qual desmistifica a interpretação de luta para a simples ação de violência, e luta para competir, conduzindo-a aos pares dialéticos de força intelectual, e força física, o qual educa para a luta social, a luta de classes, de ataque e defesa, onde as suas premissas de coragem, integridade, solidariedade, superação de obstáculos, estratégias, concentração, irão potencializar a transformação social, ao contrário de acirrar a competição, individualismo, poder concentrado, submissão, em outras palavras o capital.

Portanto, o trabalho educativo será determinado pela ação deliberada do conhecimento e aprofundamento das lutas, que é proposto através da formação científica, e não meramente advinda do senso comum. Fato que não desqualifica esta última, mas a integra nas bases científicas do ensino e da pesquisa, a qual conseqüentemente agirá sobre a relação inter e intrapsíquica do indivíduo, desencadeando assim desenvolvimento das suas funções superiores, isto é, saltos quantitativos no que se refere ao desenvolvimento do pensamento, e personalidade do mesmo, que entrará em ação com o meio, e ressignificará dinamicamente a realidade.

...a transformação dos conteúdos do pensamento é um processo de desenvolvimento cultural, histórico e socialmente condicionado que supera, por incorporação, as bases elementares e estruturais do psiquismo – inclusive as orgânicas. O núcleo dessa transformação reside, por sua vez, na formação de conceitos, que

sintetiza em suas diferentes formas o movimento de complexificação do pensamento. (MARTINS, 2013, p. 130)

Conceitos que se referindo as lutas estão banalizados, pelos significados a elas assumidos, mas que colocados em análise em direção ao ensino, que tenha como objetivo o compromisso real do desenvolvimento social, através da transformação da realidade, pela formação do indivíduo que o fará, poderá dar novo sentido aos seus signos.

Confere assim, que a adoção de uma abordagem superadora das lutas, pode torná-la como auxiliadora nas formações superiores psíquicas do indivíduo, as quais tem a personalidade como fruto da atividade humana, configurada pelo psíquico agindo sobre o objeto. Portanto, a possível redefinição dos conceitos entre luta/violência/guerra/esporte/mercado, acarretará mudanças subjetivas do real concreto no sujeito, que agirá sobre o meio, e desencadeará movimentos com saltos qualitativos no que se refere ao pensamento crítico.

Contudo, fica evidente a importância do trabalho educativo científico, para este processo de assimilação, aprofundamento, construção crítica, e ação social, que são interdependentes, e que predirão o pensamento do indivíduo a respeito das lutas.

Desta maneira Martins *apud* Vygotsky (2013, p. 137) afirma que neste sentido, a educação escolar é privilegiada pelos seus conteúdos científicos, sendo os seus domínios do pensamento por conceitos que sintetizam, efetivamente, as mais decisivas mudanças qualitativas, produzidas pelo pensamento no sistema interfuncional psíquico, isso é, na vida do indivíduo. Apresenta-se assim, a importância do ensino das lutas, na atual escola, como conteúdo, da Educação Física, que tem como objeto de estudo a cultura corporal, a ser tratado cientificamente, classificado como elemento clássico, já que sobrevive através das gerações.

### 2.3 AS LUTAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

### 2.3.1 A estrutura escolar

O ensino das lutas no âmbito escolar começa a ser entendido, primeiramente pela função da instituição, que Saviani (1984, p. 4) apresenta ao afirmar que “A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber.”

Então, a escola é aquela responsável pela transmissão do saber de forma elaborada, sistematizada, lhe elevando ao patamar de principal responsável pela propagação, e assimilação do conhecimento científico, o que se pode traduzir como sendo a escola responsável pelo trabalho educativo, caracterizado como não-material, necessário ao trabalho humano de maneira geral.

Desencadeando uma interrelação de diferentes formas de trabalho, que formam um processo de trabalho, que Taffarel (2010, p. 21) afirma ser uma condição da existência do homem, comum em todas as sociedades, mas distintas de acordo com as relações sociais determinadas. É, pois, a escola responsável pelo trabalho não-material, que dentro dos seus processos, se transformará em trabalho material.

...a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não-material cujo produto não se separa do ato de produção nos permite situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens. (SAVIANI, 2010, p. 21)

Evidenciado, que a função da escola, é garantir ao sujeito que ele possa ter a oportunidade de conhecer e reconhecer a formação da humanidade, através da reflexão sobre as relações humanas, através do trabalho não-material, que é a educação de caráter científico, um produto que não se separa

do ato de produção, mas que é consumido ao mesmo tempo em que é produzido, formando assim a segunda natureza humana, que está ligada diretamente a formação de sua personalidade.

O fato da escola ter como objeto a educação, que é um trabalho de ordem não-material, não significa que suas atividades devem separar o trabalho material e não-material, desvinculando a teoria da prática, confundindo o trabalho não-material como aquele que é desapropriado do concreto. As crianças e adolescentes na escola devem reconhecer, sobretudo, que não se preparam para viver, mas que já vivem uma vida verdadeira, não se preparam para serem membros de uma sociedade, mas já o são, com seus problemas, interesses, objetivos, ideais, ligado a vida dos adultos e do conjunto da sociedade, a escola é do trabalho. (PISTRAK, 2008, p. 42 e 43)

Portanto, o trabalho na escola, e da escola, não é preparar as crianças e adolescentes para vida, pois esta ao mesmo tempo está em constante produção, mas com o seu trabalho não-material produzir uma segunda natureza no indivíduo que está agindo sobre o real concreto. Freitas (2009, p.36), fala sobre isso, quando cita que:

O fato de a especificidade da educação definir-se pelo trabalho não-material não autoriza o recurso à “aula” tal como é concebida atualmente. Hoje, o confinamento dos métodos de ensino no campo da não-materialidade decorre da divisão do trabalho intelectual e manual no interior da sociedade capitalista. Porém, os métodos de ensino não podem ser confinados à dimensão do trabalho não-material – ainda que o produto final da atividade pedagógica viesse a ser não-material.

O produto do trabalho educativo pode ser não-material, ao se tratar de uma visão imediatista, e aparente, mas o seu valor, torna-se ao mesmo tempo condição para o trabalho material, portanto, partimos da premissa que para difusão social do saber é necessário que o trabalho intelectual, e socialmente prático, não seja sintetizado na pura abstração durante a sessão de aulas, mas que o conhecimento seja algo dinâmico no real concreto, produzido no interior da escola.

Contudo, como diz Freitas (2010, p. 43), “Não se trata de criar atividades parecidas com o trabalho material; trata-se de uma articulação direta com o

trabalho material.” A escola então deve garantir no seu seio, a produção íntegra do indivíduo, quebrando o preceito em relação à “unidade do ensino” que chamamos de aula, que esta vinculada diretamente com a organização do trabalho pedagógico da escola capitalista.

Mas, a escola nos engendro do sistema capitalista, pode ser intitulada como escola do trabalho? É, a mesma ampliadora do trabalho alienado, ou trabalho social? E, dentro do sistema capitalista de produção, como se dá sua responsabilidade sobre o processo de humanização?

Ao que se refere à escola, Pistrak (2008, p. 29) adiciona algo interessante quando afirma, que a mesma sempre refletiu o que foi de seu tempo, e não poderia deixar de assim fazer; sempre esteve a serviço das necessidades de um regime social delimitado, caso contrário, seria ela excluída como algo estranho inútil.

Então, dentro das contradições, a escola de maneira institucional, se faz necessária desta forma para sua garantia, entretanto é necessário da mesma forma, que se oponha ao processo de desumanização, propiciando segundo Escobar e Taffarel (2006, p.5) os conteúdos importantes de acordo com as metodologias específicas, através do trabalho pedagógico comprometido, que poderá impulsionar o pensamento crítico, para identificar os problemas atuais.

...a escola deve educar as crianças de acordo com as concepções, o espírito da realidade atual; esta deve invadir a escola, mas invadi-la de uma forma organizada; a escola deve viver no seio da realidade atual, adaptando-se a ela e reorganizando-a ativamente – isto nos permite formular certas deduções a respeito do caráter do ensino comprometido como um estudo da realidade atual. (PISTRAK, 2008, p. 33)

Freitas (2009, p. 58) também dialoga sobre, ao dizer que:

A escola sofre influência das grandes determinações do processo de trabalho na sociedade capitalista, as quais incorporam-se na forma de organização do trabalho pedagógico na escola... não é apenas a didática que deve estar sob análise, mas sim a escola, sua organização e seus métodos, já que todos esses níveis são históricos e, portanto, mudam sob o impulso do fluxo da mesma história.

Com isso o ensino escolar passa pela a organização do seu trabalho pedagógico, que começa na base do projeto político-pedagógico, bem definido, projeto que o Coletivo de Autores (2009, p. 27) afirma ser a representação de ação deliberada e estratégica de intervenção em determinada direção, para reflexão da ação dos homens na realidade, explicando suas determinações, que podem ser a favor, ou oposta ao contexto social vigente, o qual irá direcionar as categorias que estruturam a organização do trabalho pedagógico na escola, as quais apresentam-se pelos pares dialéticos objetivos/avaliação, e conteúdo/método, sendo estes interdependentes, e tendo a categoria avaliação um caráter determinante na atual escola.

“No cotidiano da escola os objetivos estão expressos nas práticas de avaliação. Na avaliação estão concentradas importantes relações de poder que modulam a categoria conteúdo/método. Ou seja, os objetivos da escola como um todo (sua função social) determinam o conteúdo/formal da escola.” (FREITAS, 2009, p. 59)

Os conteúdos para assimilação científica, serão direcionados pela metodologia, a mesma será direcionada de acordo com os objetivos, que moldará as avaliações, bem como será determinado por elas, as bases do projeto político da escola, e do professor, sobre a práxis pedagógica.

Práxis que são definidas pelo conjunto de atividades, que tem a Pedagogia como ciência prática, que recorre ao suporte de outras ciências, que estudam fatos superpostos, operando em nível qualitativo como ciência da educação, e que só torna-se possível pelo papel do professor, então, sendo essencial no desenvolvimento do processo pedagógico de ensino da escola.

Consequente a organização do trabalho pedagógico do professor, na escola, proporcionará os elementos essenciais para o conhecimento científico das “ciências sociais” humanas, as quais não são tratadas a partir de definições fragmentadas, mas como todas aquelas que constituem o ser social, orientados pela luz do seu projeto político-social.

O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e, de outro a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica. (PISTRAK, 2009, p. 38)

O trabalho educativo deve partir então da premissa de um trabalho pedagógico organizado, para um trabalho socialmente útil, para um trabalho de/e para o trabalho, que consistirá dentro da escola, uma escola para, e com o trabalho.

Sendo assim, necessário cuidado com o trato do conhecimento escolar, que terá seus conteúdos abordados sob as bases científicas, e poderá ser organizado, sistematizado, e distribuído, dentro de um tempo pedagógico, guiado a luz do projeto político-pedagógico, que estará determinado pelo seu transmissor, no caso a escola, e principalmente o professor.

A estruturação de um programa seja de Educação Física, ou qualquer disciplina, é selecionar seus conteúdos, o qual é um problema metodológico básico, já que, quando se aponta o conhecimento e os métodos para sua assimilação, se evidencia a natureza do pensamento que se pretende desenvolver no aluno. (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 61)

Portanto ficando a claro, o ensino escolar como natureza fundamental, para o processo de humanização, com sua produção objetivando à garantia do conhecimento sistematizado, e científico, para uso individual e coletivo. Sendo seus conteúdos fundamentais para o desenvolvimento sócio-histórico do sujeito, através das ciências humanas.

### **2.3.2 Educação Física na escola**

Dentro da sistematização científica proposta na escola, podemos encontrar o desenvolvimento das ciências que acercam o homem, sendo elas justificadas no trabalho pedagógico escolar, por serem fundamentos necessários para

construção do indivíduo. Nessa perspectiva, encontramos a Educação Física que é na escola, explicada por ser a ciência que estuda a cultura corporal, sendo este seu objeto de estudo.

O objeto que a Educação Física estuda é um conjunto de práticas corporais, sendo estes jogos, brincadeiras, ginásticas, lutas, esporte, que são historicamente construídos pelo ser humano, sendo sistematizados ou não, passadas de geração para geração. Então, denominada essa área do conhecimento que se constrói a partir das atividades corporais de “Cultura Corporal”. (ESCOBAR e TAFFAREL, 2006, p. 3)

Portanto, as práticas corporais, são os elementos que a compõe, sendo estes seus conteúdos clássicos, que devem ter seus conhecimentos garantidos, a fim de produzirem no homem a segunda natureza. Entretanto, o trato de seus conhecimentos se dará, a fim da estruturação de um projeto político-pedagógico de seus professores, que de acordo com seus conceitos, darão sentidos diferentes a esses conteúdos.

Todo educador deve estruturar seu projeto político-pedagógico, pois este orienta as suas atividades, bem como a relação que estabelece com os alunos, a seleção e forma que trata seu conteúdo cientificamente e metodologicamente, e os valores e lógica que neles estão inseridos. (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 27)

Um projeto histórico enuncia o tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade e os meios que deveremos colocar em prática para a sua consecução. Implica uma ‘cosmovisão’, mas é mais que isso. É concreto, está amarrado a condições existentes e, a partir delas, postula meios e fins. (FREITAS apud FREITAS, 2009 p. 57)

Então, o projeto político-pedagógica, definirá como se dará o trato do conhecimento em sala de aula, e o sentido destes, que são identificados, e assimilados para além da sala de aula, afinal será deste, desenvolvido o tipo de pensamento do indivíduo.

...no jogo, esporte ou atividade corporal, o homem produz a satisfação das suas necessidades, anseios e interesses lúdicos, estéticos, artísticos, combativos ou competitivos

que o impulsionaram a agir. Ele atribui um valor de uso particular a esse produto consumido no ato da sua produção. Sua atividade tem um valor em si mesma porque atende à sua subjetividade, à sua realidade e às suas necessidades e motivações. Essas são as características essenciais que identificam e classificam, sem confundi-las com outras, as atividades físicas corporais, jogos ou esportes que, por serem resultado da vida e da ação humana, fazem parte da cultura e configuram uma área de conhecimento que pode ser chamada de “cultura corporal” ou, até, de “cultura esportiva”. (ESCOBAR E TAFFAREL, S/D, p. 12)

Nesse sentido, as atividades corporais assumem significados próprios para cada indivíduo, que vem a partir da sua formação histórica, e dos meios que a determinam, entretanto na escola através do ensino da Educação Física, os mesmos podem ser sistematizados à base científica, ressignificando valores e sentidos, entretanto a forma como acontecerá, e os seus desdobramentos será reflexo de como será o trato deste conhecimento.

É importante perceber que, a maneira a qual será conduzido esse conhecimento, sendo ele sistematizado ou não, seus procedimentos metodológicos, tipo de abordagem, tempo de práticas pedagógicas, impactarão na personalidade do aluno, e como este verá e agirá sobre o real concreto, pois estes trilham o caminho do tipo de pensamento lógico que desencadeará o raciocínio crítico do aluno, que poderá entender, explicar a realidade dentro de uma prática social.

O ensino dos conteúdos deve caminhar em prol da ascensão da “inteligência prática”, operacional, rumo ao pensamento apto a captar o real para além das aparências dos fenômenos, fato que na ausência do pensamento abstrato mediado por conceitos científicos, não se realiza. Sendo, o progresso deste pensamento, não acontecendo pelo simples acúmulo de conhecimento científico, mas pela capacidade de pensar de maneira abstrata, sem a qual a formação omnilateral dos indivíduos não se efetiva. (MARTINS,2013, p. 141)

Por isso, a maneira como o professor transmite, tais conhecimentos podem dinamizar, ou engessar o pensamento do aluno de maneira individual, e coletiva. Considerando que cada elemento da Cultura Corporal, possui uma

essência, que está intrínseca a sua prática, e pode ser potencializada de maneiras, e propósitos diferentes.

Com isso, o Coletivo de Autores (2009, p. 63), traz que “A percepção do aluno deve ser orientada para um determinado conteúdo que lhe apresente a necessidade de solução de um problema nele implícito.”, tendo as lutas à violência intrínseca na sua essência, pois a mesma está diretamente ligada a sua prática, apesar das diferentes formas que a atividade se apresenta ao longo da história, é a maneira como será tratada que transformará o seu sentido/significado para o sujeito de maneira singular, e coletiva.

Portanto, considerar a relação luta/violência, não é desconsiderar que a última faz parte da primeira, e que a primeira sofre e exerce influência pela última, mas é aprender a reconhecê-las ao longo da história humana, considerando suas transformações nos diferentes desdobramentos sociais, e posicionando-as na sociedade atual, a qual o modo de produção é determinado pelo sistema capitalista, e a luta de classes é a “grande luta” atual.

### **2.3.3 O trabalho pedagógico com as lutas na escola**

Para o ensino-aprendizagem das lutas na escola, é interessante, que se organize o seu trabalho pedagógico, e o trato do seu conhecimento, assim como as demais ciências, e conteúdos da Educação Física, engendrada ainda, pelos seus contextos dentro da história humana, sociedade atual, e produção individual do sujeito. Considerando ainda, que como tema da cultura corporal, tratado na escola, expressa um sentido/significado onde se interpenetram, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções/objetivos da sociedade. (COLETIVO DE AUTORES, 2009, p. 62)

Isso remete o ensino das lutas no âmbito escolar, de maneira sistematizada, e norteadas por bases científicas, que está determinada pelas bases políticas, e econômicas da sociedade, assim como interesses culturais distintos, e singular de cada indivíduo. Tornando-se necessário a identificação de seus principais elementos, para assimilação do seu aprendizado, como trabalho humano de, e para a sobrevivência.

Os ensino-aprendizagem dos elementos essenciais Júnior (2014, p. 15), defende como forma de apropriação da produção humana na história, mas explicitando ainda que os mesmos são vistos de maneira geral, e específica de cada luta, desenvolvida por atividades intelectuais, e físicas.

As lutas têm então, suas estruturas básicas, definidas por um sistema de práticas de ataque, e defesa, através do contato corpo-a-corpo, que exerce e recebe força de um determinado oponente, com o objetivo de superação do mesmo, mas que é produzida no seio das necessidades de vida do homem.

Carvalho (2009, p. 57) apresenta está definição bem clara, ao trazer o judô como exemplo, afirmando que o mesmo é um processo de ensino/aprendizagem, determinando pelo princípio dual da ação contraditória, pela oposição de forças contrárias não antagônicas, onde o negativo, se transforma em positivo, e vice-versa, sendo as ações ligadas a associação de técnicas, e razão, em ação direta sobre o adversário. E, Júnior nessa perspectiva (2014, p.16) fortalece, quando cita que a luta é uma relação com o outro, onde há uma intensa atividade de ataque e defesa, acontecendo estes componentes ao mesmo tempo.

Consequente, tal estrutura que identificamos nas lutas em geral, como karatê, jiu-jitsu, capoeira, muay-thay, boxe, aikidô, dentre outros, porém com particularidades distintas, em relação as suas técnicas, e dinâmica, mas que em todas são determinadas pela maneira, e contexto que se deu suas gêneses, e desdobramentos ao longo da história, as quais foram/ são determinadas pelo modo de produção da sociedade que a cria, e recria.

Então, ao tratar as lutas na escola, é importante que se consiga organizá-las de maneira sistematizada, direcionando-as dinamicamente do geral, ao específico, contextualizando suas atividades práticas ao longo da história, enfatizando suas técnicas, e construções táticas, para que o aluno consiga perceber sua atividade, e influência no modo de produção social, passado, mas principalmente atual, e assim sua importância, como componente construtor no processo de humanização, contribuindo para a formação de um sujeito socialmente ativo, e não simplesmente mecânico, reprodutivista.

E, tratando-se da luta, desta forma, através, e pelo processo de produção, é que Júnior (2014, p. 18) afirma que é necessário trazer os temas

que a perpassam no cotidiano, destacando sua história, esportivização, mercadorização, violência. Apresentando as mesmas como fatores influenciantes, e influenciados pelas lutas, que não devem ser marginalizados, mas que a partir dos seus conhecimentos, e conexões, devem trazer seus sentidos reais, em contradição com os aparentes, para que desta premissa o aluno possa formar uma consciência crítica sobre, e agir ou não no seu meio social.

Entremos na seguinte reflexão, a luta em si é um ato de violência, seja em relação à natureza, ou outros homens, consiste nela o ato de superação de algum adversário, ou obstáculo, mas, é dentro dessa premissa que são formados sentidos/significados diferentes, que guardam os princípios, para a atual luta de classe, na qual existe a necessidade de pela ação de violenta, superar um obstáculo, representado pela exploração do trabalho humano. Tal exploração, que pode ser representada através das lutas esportivas, que são transformadas, e transformam seus lutadores em mercadoria, os quais alimentam a mídia com show's de exibição, mas é o mesmo esporte, que estimula o ensino das lutas independente do gênero, e idade, e que torna possível o acesso ao conhecimento.

O encorajamento para superação estimulado durante sua prática, condiciona o sujeito ao propósito de violentar pessoas, ou atitudes/decisões? A competição esportiva ensina a lidar com os “instintos” humanos de competição, ou alimenta o egoísmo competitivo de conquista? Bem, isso depende da “cosmovisão”, como cita Freitas (2009, 57) elucidada pelo professor, que alimentará a consciência do aluno, que se transformará em ações.

E, isso se fará através da determinação do projeto político-pedagógico para o ensino das lutas, que na escola, está desmembrado, e interligado na escolha dos seus conteúdos, métodos, objetivos, e avaliação, que demonstrarão a importância social do conteúdo, trazendo seu movimento ao longo das produções humanas, de maneira atual, mas sem desconsiderar o clássico, apresentando a ideia de continuidade, isso é, selecionando, organizando, e sistematizando os conteúdos, e considerando os ciclos escolares.

As lutas na escola podem representar um caminho para a aproximação ao conhecimento desta, que é elemento cultural, e pode auxiliar no processo de humanização, através da potencialização de seus valores e princípios, através da organização do seu trabalho pedagógico, e trato do seu conhecimento, que são determinados através do projeto político-pedagógico do professor.

Configurar as lutas como um meio humanizador, é retirá-la da condição a-política, de atividade cultural empobrecida, e reconfigurá-la ao estado de trabalho humano, repleta de significados. É apresentá-las como lutas na luta de classes.

Portanto, as lutas se definem como atividade culturalmente construída pelo processo de trabalho humano, bem como, elas são um tipo de trabalho, que possui intrínsecamente a ação dialética de ataque e defesa de forma violenta, isso é, com intensidade e força, para superação de obstáculos, e que a partir da necessidade de cada sociedade que a produz, e reproduz toma significados, e sentidos diferentes, mas que pelo trato do seu conhecimento de maneira científica, através, e principalmente na escola, responsável pela educação a luz do saber científico e sistematizado, podem contribuir no processo de consciência crítica individual e coletiva, a partir da aplicação de seus valores e princípios genuínos de coragem, lealdade, solidariedade, estratégia, companheirismo, no real concreto, garantindo forma de luta na luta cotidiana, na luta por sobrevivência, na luta de classes.

### 3. JUDÔ NA ESCOLA

O judô é uma luta japonesa, que teve origem após a restauração Meiji no Japão, a qual marcou o fim do feudalismo, e o início de uma reestruturação econômica, política e educacional no Japão (KANO, 2008), tendo a sua gênese baseada nas novas condições de organização da sociedade japonesa, que segundo Carvalho (2007, p. 73), é marcada pela abolição de classes, através da extinção feudal, senhores, servos, e guerreiros, transformando-se em uma sociedade capitalista, com industriais, financiadores, operários e camponeses pobres.

A sociedade japonesa segundo Carvalho (2007, p.72), vivia desde 1639, período referente ao shogunato (supremacia política japonesa) Tokugawa, com as portas fechadas para o mundo Ocidental, na tentativa de manter a estrutura política-social da nação. Entretanto, com o processo expansão do capitalismo, o Japão através de interesses econômicos externos, encontrou-se pressionado pela necessidade de modernização, fato que influenciou a implantação de técnicas do Ocidente, nos mais diversos aspectos, e setores de sua sociedade.

A abertura dos portos japoneses para o mercado internacional acabou por gerar um desejo, pela restauração do poder vigoroso nacional do Trono Imperial, em detrimento ao fracasso do *shogunato* em resolver a crise, que era alavancada pela eminente ameaça de domínio estrangeiro. E como medida de emergência a classe *samuráica* (guarda nacional), encabeçou uma campanha de retorno do poder ao imperador, para evitar possível dominação estrangeira, em sinônimo de lealdade a nação. (HOBBSAWN, 2014, p. 233)

Com isso, a restauração do império Meiji, é retomada no Japão, através da mobilização dos *samurais*, com uma organização política, e econômica, caracterizada pelo o apoio da burguesia urbanizada, que estava intimamente ligada ao governo, emergindo o mercado nacional.

Estratégia utilizada pela burguesia, que utilizou a força dos samurais a seu favor, para depois despojá-los de seu poder, por não serem condizentes ao modo de produção do capital, tendo em vista que os *samurais*, como guarda nacional não produziam ativamente, e apoiavam o modelo econômico feudal, o

qual lhe colocavam na condição de prestígio por protegerem as terras do senhores feudais (*daymios*).

A transformação da estrutura política e econômica japonesa, gerou uma onda de modernização nacional, caindo em descrédito às classes representadas pelos *shoguns* e *samurais*, bem como suas práticas.

Segundo Hobsbawn (2014, p. 94 e 95), depois da era do capital, que foi o momento histórico, no qual a sociedade mundial na sua grande maioria era tomada pelo fim do feudalismo, e engolida pelo sistema capitalista, veio o surgimento da era imperialista a favor do capital, isto é, as ditas nações potentes, imperialistas, as quais foram alavancadas pelo poder do capital, e sua luta de classes, determinava a ideologia a ser seguida a nível mundial, sendo ainda os seus fatores culturais e bélicos, elementos determinantes para a impulsão de uma hegemonia política, e econômica.

Neste cenário, iniciou o desenvolvimento do judô, uma luta segundo Kano (2008, p. 19), fixada em valores educacionais, que possuía práticas para a vida útil diária, e extinguíam técnicas que colocavam a vida dos seus praticantes em risco. Kano (2008, 24), afirma ainda que o judô foi pensado, a partir de uma luta milenar chamada de ju-jutsu, que era desenvolvida pela antiga guarda militar, classe de grande importância dentro da comunidade feudal japonesa, mas que passou por reformulações, dentre as quais os golpes de ataques vitais foram banidos, e onde a filosofia do “ceder para vencer” era aplicada.

O ju-jutsu que era a luta corpo-a-corpo praticada pelos *samurais* durante os combates, foi dentro da cultura japonesa marginalizada, pois a mesma não atendia aos novos interesses de sua “nova sociedade”, a qual acabava de abrir as portas para um novo modelo econômico: o capitalismo. As lutas de ataque, e defesa para proteção diária, e bélica, eram naquele momento substituídas pelos modelos ocidentais, fundados na ideia capitalista de mercado. As artes guerreiras foram interpretadas como atividades ultrapassadas, e trocada por esportes do ocidente, sendo as lutas japonesas caracterizadas em diante como esportes autóctones japoneses (CARVALHO, 2007, p. 74)

Portanto, o judô teve sua gênese alavancada pelas reformulações propostas pelo sistema capitalista, pois tal luta garantia a integridade física de seus praticantes, iniciativa que respeitava a preservação da força produtiva,

representada pelo trabalho do homem, o qual gera os produtos do capital. Afastar os indivíduos do combate real significa também, na essência do capitalismo, manter a produção, e o consumo do mercado, logo o sustento do sistema. Carvalho (2007), afirma que Kano sistematizou o judô em um conjunto de técnicas corporais, e pensamentos ideológicos que assistiam os interesses da classe dominante da época, no caso a burguesia japonesa, sendo assim serviria de suporte teórico de uma nova arte/doutrina, transformada posteriormente em esporte pelos ocidentais.

Este novo modelo de produção, chamado de capitalismo, acaba por dar novos sentidos para as atividades, a mercadoria e seu acúmulo, são as formas de riqueza, e isso é fato que reflete para todos os lados da vida social, circunstância que altera o sentido, bem como o significado das atividades, inclusive das lutas. (JÚNIOR, 2014, p. 8) Isso significa, que a luta começa a ser despojada de seus valores iniciais, e toma novos significados. E, quando uma luta, ou prática corporal perde seu significado real, sua historicidade, o caminho de transformação, é o de mercadoria necessária, e enquanto mercadoria detentora de valor, tem o judô seu valor intrínseco não nas questões filosóficas ou éticas, mas pelas leis do mercado capitalista. (CARVALHO, 2011, p. 169)

A infraestrutura japonesa emergente que precisava de métodos para solidificar sua ascensão, acabou por transformar o judô em uma nova luta, e por assim utilizá-lo como ferramenta educacional, e bélica dentro das suas escolas, e instituições militares, sob o controle e supervisão das regras do imperador. Fatores que contribuíam para a promoção do sistema de governo japonês a nível mundial, bem como controle de ordem nacional.

O judô parece então ser criado como uma ferramenta para o capital, entretanto, segundo Watson (2011, p. 99), Jigoro Kano um estudioso, com formação política, econômica, e filosófica, o qual ansiava por reformas políticas no sistema educacional japonês, apoiou a reestruturação do imperador, acreditando que a modificação política, poderia alcançar novos projetos educacionais, que visassem o desenvolvimento político de sua sociedade. E, dentro destas modificações educacionais, acreditava no judô como luta de expressão japonesa, a qual poderia funcionar como educação física, e moral para todas as pessoas.

Kano, estabeleceu o judô a partir da base dos ju-jutsu, mas o mesmo afirma que introduziu conceitos científicos modernos, e de acordo com os princípios educacionais da época, valorizando não só a luta por si, mas princípios mentais e físicos, que estimulavam a educação moral. (KANO, 2008, p. 56) Direcionando a luta através do princípio do *Seiryoko Zenyo* e *Jita Kyohei*, que significam prosperidade mútua, e máxima eficiência.

Neles baseavam-se os princípios de que o aprimoramento do estudo do judô deveria servir para o desenvolvimento do ser humano, o qual poderia contribuir de maneira útil para sociedade. O judô tinha como base uma luta milenar, mas diferente da mesma, possuía uma sistematização de ensino, bem como a introdução de filosofia, ética, moral, logo tornando-se uma ferramenta de educação, bem como uma luta de utilidade social. (WATSON, 2011, p. 114)

Portanto, mesmo sobre os engendros do capital, o judô teve na sua base uma organização de ordem pedagógica, que se preocupava com a sistematização do seu conhecimento, bem como uma prática para utilidade social, através de seus princípios e valores morais. Watson (2011, p. 77) afirma que, Kano esperava que os alunos fizessem uso do conhecimento, dos princípios obtidos no trabalho do *dojo* (local de treinamento), em prol de uma vida satisfatória fora do mesmo, mantendo os padrões de moral, através da assimilação de seus conteúdos na vida cotidiana.

Isso significa que não existem desconsiderações, sobre a criação de o judô ser objetivado sobre o cerne do capitalismo, onde impera a disputa acirrada pelo melhor resultado, e o máximo de produção, slogan, que se parece com o lema de “máxima eficiência” do judô, que pode ser considerado segundo Carvalho (2007, p. 55) o princípio dialético de estribo sobre o qual principiamos o questionamento do judô como mercadoria alienante. Como podemos perceber, quando Kano (2008, p. 78) cita:

O valor real de uma pessoa é determinado com base no quanto ela contribui para a sociedade durante a vida. E como essa mesma contribuição ajuda os que buscam se aprimorar e atingir a sua meta, o propósito do judô é ajudar a pessoa a se aperfeiçoar para que possa contribuir para a sociedade ao máximo.

Contribuição esta que pode ser a favor do capital, mas que a partir da estruturação do ensino do judô sob a luz da emancipação humana pode ter um significado para o máximo de esforço a favor de uma luta a caminho de uma sociedade sem classes.

Em meio as contradições, o próprio judô aproxima através de seus princípios, o trabalho não-material, ao material, através do trabalho no *dojô*, que impulsiona o trabalho mútuo, através de solidariedade, e respeito, pela atividade dividida independente gêneros, classes, e idades distintas, com propósito de perpassar para a vida real de maneira útil, objetivos que contradizem o pensamento capitalista equilibrado sobre trabalho, e pensamento alienado.

O contexto do judô na educação, é o aprimoramento do caráter, implementado com bases no seu conhecimento, que se desenvolvem no treinamento do intelecto e a aplicação da teoria da luta nos aspectos da vida, sob fundamentos científicos, com a finalidade de dominar um método para lidar com as coisas, identificando o que é bom ou ruim, e desenvolvendo a inteligência em várias situações complexas. (KANO, 2008, p. 59 e 93)

Identificamos então o primeiro elemento de um planejamento pedagógico, um projeto político-pedagógico, que Freitas (2009, p. 57) afirma ser o enunciado sobre “o tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade e os meios que deveremos colocar em prática para a sua consecução.” Jigoro Kano dentro dessas premissas, traz o judô sob a perspectiva não só de uma mera luta, mas uma atividade educacional para inserção no processo de trabalho, e transformação real.

Portanto, o judô em meio ao jogo de contradições, dos interesses capitalistas, e processo de humanização, é construído sobre bases científicas, e estruturação pedagógica, que caracterizam um saber científico sistematizado, o qual é objeto de responsabilidade da escola, que “...existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber.” (SAVIANI, 1984, P.4)

Isso torna relevante a possível contribuição, que o judô pode ter na escola, e no processo educacional do indivíduo, tendo em vista sua importância como luta, produto do trabalho humano de uma determinada sociedade, que

encontra-se rodeada de alicerces pedagógicos, e científicos, a qual poderá ser desenvolvida a partir da organização de ensino dos seus *sensei's* (professor em japonês), orientados por um determinado projeto político-pedagógico, que poderá auxiliar no processo de emancipação humana.

### 3.1 O TRATO COM O CONHECIMENTO JUDÔ NA ESCOLA

Abrir a discussão sobre o trato com o conhecimento do judô na escola, é trazer ao debate a organização do seu ensino – aprendizagem para identificação, e assimilação de seus elementos, respeitando o tempo escolar, bem como sua relevância, e realidade social, as bases do projeto político-pedagógico do *Sensei*, que determinará os conteúdos/métodos, e objetivos/avaliações dentro do currículo escolar, rumo a transformação social, ou conservação do capital.

Currículo que Saviani (1984, p. 5) apresenta como o conjunto de atividades nucleares desenvolvidas na escola, e que o Coletivo de Autores (2009, p. 29) cita ao apresentar sua função social de “ordenar a reflexão pedagógica do aluno de forma a pensar a realidade social desenvolvendo determinada lógica.”

Então, o planejamento curricular, consiste nos conteúdos principais a serem ensinados, dentro de uma ordem, que é determinada pela sua seleção, organização, e sistematização, a fim de garantir o desenvolvimento lógico do aluno.

Entretanto, tais conteúdos, que estão ligados diretamente as metodologias, como par dialético, são por sua vez determinados na escola capitalista pelos objetivos/avaliações, esta última a qual Freitas (2009, p. 63) como categoria de “instrumento de controle disciplinar e como instrumento de aferição de atitudes e valores dos alunos.” Sendo, a categoria avaliação determinantemente influenciadora nas demais categorias, pois é através desta que se dá a manutenção das formas de organização do trabalho pedagógico.

Então, selecionar os conteúdos de ensino do judô, é antes perceber os objetivos/avaliações da escola, para assim configurar os objetivos que

determinarão os elementos a serem ensinados, reestruturando ou não o conceito, e função da avaliação na escola, e no processo do trabalho pedagógico do judô na escola.

Nesse sentido, cabe ao professor traçar seus objetos, baseados no seu projeto político, o qual configurará os conteúdos a serem ensinados, mas sempre entendendo a função social da escola na sociedade capitalista, pois são essas relações que modulam as categorias do ensino na escola.

E, sendo os objetivos alicerçados dentro do compromisso de transmissão do saber científico, e social, quais seriam os conteúdos básicos no processo de ensino-aprendizagem do judô? E como organizá-los? E, porque seria necessária a sistematização desses?

Os conteúdos principais do judô, podem ser visto como aqueles que lhe caracterizam como luta, bem como os que o tornam uma luta específica, se diferenciando das demais. Júnior (2014, p. 16 e 17) afirma que os traços essenciais das lutas, podem ser identificados em sentido geral, e em cada modalidade específica, sendo os traços gerais das lutas, caracterizados pela atividade intensa de ataque e defesa, executadas ao mesmo tempo, e tendo ações técnicas, estratégicas pelos oponentes. E, como traços específicos, a configuração de grupos de exercícios realizados, em detrimento as necessidades de execução que a caracterizam, as quais podem ser classificadas por três grupos, o primeiro grupo, identificado pela distância de um oponente, onde pode ter a necessidade de prolongamento do corpo, segundo grupo em que a distância não permite armas, e agarramento, e por último as de curta distância, ocorrendo o contato por agarrões.

Nesse contexto, analisamos o judô de maneira geral, como uma luta, pois em sua dinâmica existem as ações dialéticas de ataque/defesa, tendo atividade direta do oponente, e de maneira específica lhe tratamos como luta de curta distância, onde caracterizamos luta corpo-a-corpo.

Kano (2008, p. 46 e 48) fala que o judô tem como característica os movimentos de empurrar e puxar, que determina o *kuzushi* (desequilíbrio), *tsukuri* (preparação para o golpe), e *kake* (execução), que são necessárias para executar as técnicas de projeção, divididas em golpes de pé ou perna, braço, quadril, e sacrifício, tendo ainda as técnicas de domínio no solo, divididas em imobilizações, chaves de braço, e estrangulamentos, e os *ukemis*,

classificadas como técnicas de amortecimento, e os *katas*, que são as formas de aplicação dos golpes, dentro de um formato de apresentação.

Portanto, o judô deve ser tratado como uma luta de contato corporal, onde o seu ponto fulcral, é a dialética de ataque/defesa para desestabilização do equilíbrio, baseada no confronto de forças, que tem como objetivo a superação do oponente, através da aplicação de golpes, formas, e defesas para êxito durante a prática.

Então, acreditando que os elementos essenciais, estão expostos através daquilo, que é crucial para a prática do judô, seus conteúdos clássicos, tendo em vista a definição de clássico através de Saviani (1987, p.9) que afirma ser aquilo que não se confunde, e nem se opõe ao tradicional, ao moderno, e contemporâneo, sendo apenas algo que se fixou através do tempo, e se tornou essencial, classificamos as técnicas de projeção e solo, ukemis, e katas, princípios e fundamentos clássicos na prática do judô. Entretanto, seriam só esses conteúdos a serem tratados? E, como organizá-los, e abordá-los, sem lhe remeter a condição de simples reprodução mecânica do que já foi criado, sem desconsiderar a historicidade da luta judô ao longo das gerações?

Para a seleção, organização, e sistematização dos conteúdos Libâneo *apud* Coletivo de Autores (2009, p. 32) afirma, que “não basta que os conteúdos sejam apenas ensinados, ainda que bem ensinados é preciso que se liguem de forma indissociável à sua significação humana e social.” Pois, o judô não deve ser ensinado como algo com o valor em si, de maneira pronta e acabada, mas como algo que veio sendo construído culturalmente, ao longo dos anos, e que permanece até os dias de hoje, sendo prática complexa, e contraditória de nível social dentro da nossa sociedade mundial, esperando contribuir para que o aluno desenvolva sua visão de mundo. (JÚNIOR ET. AL., 1999, p. 14 e 15)

Dentro dessa premissa, coloca-se alguns princípios curriculares para o processo de seleção dos conteúdos, que expande-se como norteador para a organização, e metodologias quanto o seu desenvolvimento com os alunos, discutidos pelo Coletivo de Autores (2009, p. 32 à 34), ao apresentar como indicativos:

*...a relevância social do conteúdo* que implica compreender o sentido e o significado do mesmo para a reflexão pedagógica escolar....*contemporaneidade do conteúdo*. Isso significa que a sua seleção deve garantir aos alunos o conhecimento que de mais moderno existe no mundo contemporâneo...*adequação às possibilidades sociocognitivas do aluno*. Há de se ter, no momento da seleção, competência para adequar o conteúdo à capacidade cognitiva e à prática social do aluno, ao seu próprio conhecimento e às suas possibilidades enquanto sujeito histórico. ...*simultaneidade dos conteúdos enquanto dados da realidade*. A partir desse princípio os conteúdos de ensino são organizados e apresentados aos alunos de maneira simultânea. ...*espiralidade da incorporação das referências do pensamento*. Significa compreender as diferentes formas de organizar as referências do pensamento sobre o conhecimento para ampliá-las. ...*provisoriedade do conhecimento*. A partir dele se organizam e sistematizam os conteúdos de ensino, rompendo com a ideia de terminalidade. (COLETIVO DE AUTORES, 2009, 32 – 34)

Os conteúdos ficam assim tratados a luz da sua relevância na atual sociedade, que deve se adequar a realidade de cada aluno, o qual deve criar conexões com demais conteúdos, sendo reconhecidos nas suas diferentes formas, pelo processo de transformação ao longo da história.

Então, o judô como conhecimento colaborador para a atual sociedade, deve respeitar seus fundamentos tradicionais, mas interpretando-o de maneira diferenciada dentro da sociedade contemporânea, a qual está estruturada dentro de uma economia capitalista, tendo a luta de classe como plano de fundo, que determina realidades distintas entre os alunos, mas que está em constante desenvolvimento, por não ser algo estático, e sim produzido, e reproduzido constantemente.

Por isso, os temas que perpassam as lutas no cotidiano, devem ser tratados, a fim de identificar não só a produção dos elementos, mas a forma como são produzidos atualmente, portanto, pontos como história, esporte, mercado, violência, mídia, gênero, MMA (JÚNIOR, 2014, p. 17) são necessários para o trato do judô escolar, afinal eles influenciam, e podem ser influenciados pelo judô.

Promover a discussão sobre temas transversais, os quais permeiam a prática do judô, é desenvolvê-lo dentro do movimento social, a partir da

síncrese dos conceitos até a síntese destes, dentro da atividade humana, sem interpretá-lo como algo autossuficiente, e distante.

Podemos refletir sobre, quando tratando a violência no judô, podemos percebê-la como algo intrínseco no mesmo, já que este se traduz como uma luta, mas sua abordagem atual, pode ser aprofundada, tendo em vista que a relação violência judô, tem suas contradições, agindo ainda na sociedade capitalista, que é caracterizada por inúmeras contradições.

Ao tratar a violência no judô, temos através de Kano (2008, p. 19), que tal luta foi construída, através do afastamento da realidade de combate, excluindo golpes que colocassem a vida do adversário em risco, para que fosse evitadas agressões entre oponentes, acreditando que tal ação pudesse conter, ou “abolir” a violência, entretanto marginalizar o ju-jitsu por possuir golpes para ataque, e defesa em situação de guerra, e despojar a maioria da população de técnicas de defesa e ataque, omitindo conhecimento, em pleno processo de dominação capitalista, inclusive com “invasões” marítimas de tropas inglesas, não poderia ser considerado um ato de violência?

Bem, o judô foi “idealizado” para ser uma luta com um processo pedagógico de ensino, que garantisse a prática de seus aprendizados na vida cotidiana, mas a prática de luta real se trava em meio à sociedade, que em última instância é determinada por sua economia, e por isso tem na sua essência a disputa de forças entre classes, a qual possuindo a força intensa como impulsionadora, caracteriza-se como violenta, logo não ocorrendo dissociação entre judô, e violência, mas existindo possível contribuição para transformar essa condição de violência em força realmente produtiva para superação.

Isso não quer dizer, que sejam desconsideradas as perspectivas de seu criador, mas que ao analisarmos os desdobramentos do judô, possam ser propostos, e considerados suas determinações, relações, contradições, que o constroem como atividade com significados para a vida real.

Por isso, no que se refere ainda a essa relação judô e violência, Júnior (2014, p. 18) reafirma essa condição, e cita que:

...a sociedade burguesa é caracterizada como uma grande contradição de classes e, por consequência, como

uma sociedade de teor violento. As violências cotidianas são menos resolvidas em embates corporais e mais por embates com armas – não necessariamente as armas individuais, mas armas de destruição em massa. Ao mesmo tempo, toda força armada que se preze, mantém em seu processo de treinamento, momentos de lutas. Algumas, até criam suas próprias lutas. O que nos parece claro é que, mesmo que as lutas não sejam determinantes enquanto estratégia de técnica de guerra, ainda assim serve aos princípios valorativos dos combates contemporâneos.

Contexto que Franchini (2008, p.107), confirma ao citar, que após a segunda guerra mundial, todas as atividades que tinham caráter de luta, foram proibidas pelos norte-americanos, conseqüentemente, tendo restrições a prática do judô, porém os professores do Kodokan (primeira academia de judô), foram chamados para ensinar a luta para as tropas norte-americanas.

Então, os valores principais do judô, em conseqüente não se limitam a prática em si, mas pelo desenvolvimento de seus conhecimentos, para a superação de obstáculos, na prática de vida real, no processo de trabalho humano.

Portanto, tratar o judô na escola em meio as suas contradições, vinculando-o a outros conteúdos, sendo estes também tradicionais e contemporâneos, produzido distintamente ao longo das sociedades, é apresentá-lo como produção humana, proveniente das necessidades, e interesses humanos, que pode contribuir para processo de humanização.

### **3.1.1 Os ciclos escolares no judô**

Dentro da escola torna-se importante, que as abordagens possam ser organizadas, garantindo a sistematização do seu ensino, a fim de proporcionar a identificação, e assimilação de seus elementos. Por isso, é necessário que os conteúdos sejam distribuídos através dos seus objetivos, nas diferentes etapas da passagem escolar.

Entretanto na atual escola, a organização do conteúdo pedagógico, é planejada na maioria das vezes, através das seriações, que estão presas principalmente pela idade cronológica dos alunos, entretanto o saber é assimilado em cada indivíduo de maneira diferenciada, a partir do seu desenvolvimento psíquico, que está relacionado as múltiplas determinações que a constroem, portanto não se submetendo diretamente a cronologia de idades, e a construção do pensamento de maneira isolada.

Os conceitos científicos adquiridos na escola, a relação constituída com o objeto, é desde o início, mediada por algum outro conceito, então, a relação sobre a própria noção do conceito científico, implica certa posição com um sistema de conceitos, que entram na mente da criança, e são transferidos para os conceitos cotidianos, mudando sua estrutura psicológica de cima para baixo (VYGOTSKI, 2008, p. 116) Então, a relação com o objeto, vem inicialmente de conceitos construídos pelo senso comum, através de vivências cotidianas, que a partir dos conceitos científicos, podem adquirir novos sentidos, e significados, sendo refletidos no dia-a-dia.

O Coletivo de Autores (2009, p. 33) cita que o sistema de seriação apresentado, na organização do conhecimento escolar , através do princípio de etapismo, o qual baseia-se em pré-requisitos do conhecimento, que se apresentam ordenados nas séries escolares, por um sistema de complexos aparentes, onde os alunos aprendem uma sucessão ou sequência de conteúdos em determinada série, e na seguinte outros conteúdos, e assim sucessivamente, através de conteúdos diferentes, torna o ensino fragmentado, dificultando a visão do aluno sobre a realidade, na medida em que estes se apresentam de forma isolada, sem conexões entre si.

Se consciência significa generalização, a generalização, por sua vez, significa a formação de um conceito supraordenado que inclui o conceito dado como um caso específico. Um conceito supraordenado implica a existência de uma série de conceitos subordinados, e pressupõe também uma hierarquia de conceitos de diferentes níveis de generalidade. Assim, o conceito dado é inserido em um sistema de relações de generalidade. O seguinte exemplo pode ilustrar a função de diferentes graus de generalidade no aparecimento de um sistema. Uma criança aprende a palavra *flor*, e logo depois a

palavra *rosa*; durante muito tempo o conceito “*flor*”, embora de aplicação mais ampla do que “*rosa*”, não pode ser considerado o mais geral para a criança. Não inclui nem subordina a si a palavra “*rosa*” – os dois são intercambiáveis e justapostos. Quando “*flor*” se generaliza, a relação entre “*flor*” e “*rosa*”, assim como entre “*flor*” e outros conceitos subordinados, também se modifica na mente da criança. Um sistema está se configurando.(VYGOTSKI, 2008, p. 116)

Então, desenvolver o judô através do conhecimento científico na escola, requer a organização dos seus conteúdos, reconhecendo o estágio de desenvolvimento psíquico dos alunos, para que os mesmos possam formar conceitos, e sistemas de relações em diferentes graus de generalizações.

Partindo dessa premissa, e concordando com Júnior (2014), Júnior et. al. (1999), configuramos a materialização dos conteúdos do judô na escola, a partir da divisão em ciclos escolares, como propõe o Coletivo de Autores (1992), através da pedagogia crítico-superadora, que apresenta a divisão por ciclos, assim:

O primeiro ciclo vai da pré-escola até a 3ª série. É o ciclo de organização da identidade dos dados da realidade. Nele o aluno encontra-se no momento de síncrese. Tem uma visão sincrética da realidade. Os dados aparecem (são identificados) de forma difusa, misturados. Cabe à escola, particularmente ao professor, organizar a identificação desses dados constatados e descritos pelo aluno para que ele possa formar sistemas, encontrar as relações entre as coisas, identificando as semelhanças e as diferenças.

O segundo ciclo vai da 4ª à 6ª séries. É o ciclo de iniciação à sistematização do conhecimento. Nele o aluno vai adquirindo a consciência de sua atividade mental, suas possibilidades de abstração, confronta os dados da realidade com as representações do seu pensamento sobre eles. Começa a estabelecer nexos, dependências e relações complexas, representadas no conceito e no real aparente, ou seja, no aparecer social. Ele dá um salto qualitativo quando começa a estabelecer generalizações.

O terceiro ciclo vai da 7ª à 8ª séries. É o ciclo de ampliação da sistematização do conhecimento. O aluno amplia as referências conceituais do seu pensamento; ele toma consciência da atividade teórica, ou seja, de que uma operação mental exige, reconstituição dessa mesma

operação na sua imaginação para atingir a expressão discursiva, leitura teórica da realidade. O aluno dá um salto qualitativo quando reorganiza a identificação dos dados da realidade através do pensamento teórico, propriedade da teoria.

O quarto ciclo se dá na 1ª, 2ª, e 3ª séries do ensino médio. É o ciclo de aprofundamento da sistematização do conhecimento. Nele o aluno adquire uma relação especial com o objeto, que lhe permite refletir sobre ele. A apreensão das características especiais dos objetos é inacessível a partir de pseudoconceitos próprios do senso comum. O aluno começa a perceber, compreender e explicar que há propriedades comuns e regulares nos objetos. Ele dá um salto qualitativo quando estabelece as regularidades dos objetos. (COLETIVO DE AUTORES, 2009, p.36 e 37)

O processo educativo do judô guiado pelos ciclos escolares apresenta uma maneira de organizar seus conteúdos, dentro do processo de aprendizagem, que respeite o desenvolvimento do indivíduo, respeitando o processo de transformação do pensamento.

Portanto, a transformação dos conteúdos do pensamento é um processo de desenvolvimento cultural, histórico e socialmente condicionado que supera, por incorporação, as bases elementares e estruturais do psiquismo – inclusive as orgânicas. O núcleo de transformação reside, por sua vez, na formação de conceitos que sintetizam em suas diferentes formas o movimento de complexificação do pensamento. Destarte, Vigotski descartou quaisquer possibilidades de desenvolvimento do pensamento lógico-verbal, discursivo, “superior”, na ausência da internalização de signos, isto é, na ausência de um ensino voltado a esse objetivo desenvolvimentista. (MARTINS, 2013, p. 130)

O ensino do judô norteado nesse processo desenvolvimentista, leva em consideração o desenvolvimento do pensamento do indivíduo. Vygotski (2008, p. 103) afirma que, “para se criar métodos eficientes para a instrução das crianças em idade escolar no conhecimento sistemático, é necessário entender o desenvolvimento dos conceitos científicos da mente de uma criança.”

Nesse contexto, Martins (2009, p. 131) classifica como principais etapas do pensamento: pensamento sincrético, pensamento por complexos, e

pensamento conceitual, sendo o pensamento sincrético, combinando elementos que não tem nenhuma relação entre si objetiva, a criança subjugua sua realidade as suas percepções e impressões sensíveis, o pensamento por complexos, aquele que abarcam união, de objetos diferentes, baseado na multiplicidade de vínculos entre eles, estabelecido por conexões práticas, e casuais, e o pensamento por conceitos que se torna o guia das transformações mais decisivas do psiquismo do indivíduo, em consequência da sua personalidade.

Respeitar o ensino do judô, através dos ciclos escolares, que seguem as etapas do psiquismo, é construir de maneira progressiva da infância até a última etapa da adolescência, conceitos, e significados que poderão ser contribuintes na transformação social, por se mostrarem verdadeiros no real concreto.

Por isso, sua elaboração nos diferentes ciclos, que possui estudantes com idades diferentes, deve ser pensado com evolução nas distintas abordagens, vindo dos níveis iniciais com suas atividades técnicas pouco elaboradas, até os níveis finais, com procedimentos técnico-táticos, aprofundados e mais elaborados, em conexão com temas transversais, e seu processo histórico.

### 3.2 PERSPECTIVAS PARA ABORDAGEM DO JUDÔ NA ESCOLA

Antes de trazer a discussão sobre a abordagem do judô na escola, é importante perceber que a instituição escolar, assim como o judô é influenciada, e exerce influência sobre a infraestrutura social, pois, até para garantir sua sustentação, a mesma precisa ter no seu interior os interesses econômicos vigentes que a estabilizam. Saviani (2007, p. 157) fala bem sobre isso quando afirma, que a escola como é um aparelho ideológico de Estado exclusivamente capitalista, reprodutora do modo de produção deste, que separa a instrução e o trabalho.

Por isso, o ensino escolar em sala de aula, que no caso do judô pode ser também no *dojô*, sofre influência da organização pedagógica desta, pois a mesma organiza seu trabalho pedagógico as bases dos interesses capitalistas,

que desvinculam a teoria e prática no processo de ensino, e alimentam a sociedade com muitos indivíduos a-funcionais, que a luz de um conhecimento aparente, tornam-se meros reprodutivistas, com ações a-críticas.

...objetivos/avaliação da escola com função social e o conteúdo/método da escola, abrangendo, esta última, o trato fragmentado que se dá ao conhecimento, a artificialidade do processo de ensino desgarrado da produção material e a gestão da escola, em especial sua forma autoritária. Essas categorias estruturam a organização do trabalho pedagógico da escola e repassam suas determinações para o interior do trabalho pedagógico da sala de aula (didática). (FREITAS, 2009, p. 60)

Assim, a organização pedagógica da escola, exerce influência a partir das suas categorias, que são determinadas pelo seu projeto político, em última instância, determinado pelo capital, no trabalho pedagógico do judô no seu seio, podendo transformar o seu trato em simples reproduções tecnicistas, entretanto, o processo pedagógico do judô na escola, pode também influenciar no trabalho pedagógico desta, colocando-se em posição com função social dentro do currículo.

A superação da forma do trabalho pedagógico da escola capitalista, bem como sua organização, poderá acontecer a partir do entendimento, e compreensão das categorias que expressam as propriedades fundamentais das próprias formas de trabalho, a contradições envolvidas nelas, e a necessidade de atividades relativas ao resultado de tais contradições, no seio dessas categorias, carregadas de conteúdos sóciais (seu desenvolvimento). Sugerindo-se então uma estruturação de ensino, baseado nas contradições essenciais da sociedade capitalista, no dado momento histórico (FREITAS, 2008, p. 61 e 62)

...no interior da prática pedagógica da escola capitalista parece existir uma categoria que exerce potente fator de modulação sobre as demais categorias: trata-se da categoria avaliação/objetivo escolar. No interior da avaliação, debatem-se dois polos: eliminação e manutenção. O destino da ação educativa parece estar

ligado intimamente à forma como se concebe a resolução dessa contradição. (FREITAS, 2008, p. 62)

A escola capitalista, portanto encarna nos seus objetivos, a direção que estes querem exercer no meio social, os quais são controlados pela avaliação, que engessam a seu modo os conteúdos/metodologias, que em contrapartida são apoiadas em uma concepção de educação apoiada na formação humana para fortalecimento do capital.

Todavia, existem perspectivas de abordagem educacional, que possam desarticular esta organização pedagógica, caminhando a favor da formação de um tipo de homem, que trabalhe para superação do capitalismo, exploração do trabalho, e luta de classes.

Porém, para isso é necessário que o professor tenha claro o projeto histórico que deseja seguir, o qual Escobar (2009, p. 126) fala que recebe esse nome por ser “... um projeto de sociedade que você pensa, sonha, luta por ela. Além de colocar esses sonhos ele, também coloca as formas de luta que deverão ser empreendidas para consegui-lo.”

Empreender o judô para colaboração de superação do capital, significa estruturar um projeto político-pedagógico a favor do processo de emancipação humana, e superação do sistema que se apresenta. Martins (2013, p. 117) afirma que:

Em conformidade com a pedagogia histórico-crítica, partimos do pressuposto de que a transmissão dos conhecimentos clássicos, historicamente sistematizados e preservados pela prática social da humanidade, se impõe como função central da educação escolar. Não obstante, somos forçados a reconhecer a existência de ideários pedagógicos que, cada vez mais, colocam em risco esse ideal, quer pela via da negação do conhecimento objetivo acerca da realidade, quer pela via de desqualificação da transmissão dos conhecimentos, isto é, do ato de ensinar.

Sugere-se então um projeto político-pedagógico, o qual garanta condições básicas para contribuição no processo de humanização, reconhecendo a educação como produção humana, um processo de trabalho

não material e material, capaz de desenvolver o ensino do judô na escola como auxiliador, na luta de classes, em prol de sua superação.

Por isso, Júnior et. al. (1999, p. 14) citando Libâneo, e fazendo considerações, afirma ser necessário apresentar o trato com o conhecimento judô, a partir de um projeto político-pedagógico que entende a escola brasileira como um dos espaços sociais mais importantes à construção da hegemonia das classes populares, uma dentre muitas possibilidades.

Não devemos encarar o judô como um conjunto de técnicas disponíveis para aqueles que querem apreender a projetar ou imobilizar um oponente, ele é mais que isto. O judô, como meio pedagógico utilizado de forma criteriosa pelos Sensei, ajudará o judoca a realizar as mais amplas possibilidades tanto podem ser maquinadas para a reação como para a transformação; tanto para manter os educandos servis aos mestres e às autoridades em geral, como para torná-los sinceros, verdadeiros, honestos, educados na necessidade da transformação social. ( CARVALHO, 2007, p. 239 e 240)

O conhecimento que se pretende ao aluno, desta forma, é aquele na qual possa o judô ser construído a reflexão das necessidades, e realidades concretas, e onde possa orientar as crianças e adolescentes, para que tenham um controle de suas ações, como ser social, dentro da comunidade em que vive.

O aprendizado escolar induz o tipo de percepção generalizante, desempenhando assim um papel decisivo na conscientização da criança dos seus próprios processos mentais. Os conceitos científicos, com o seu sistema hierárquico de inter-relações, parecem constituir o meio no qual a consciência e o domínio se desenvolvem, sendo mais tarde transferidos a outros conceitos e a outras áreas do pensamento. A consciência reflexiva chega à criança através dos portais dos conhecimentos científicos. (VYGOTSKI, 2008, p. 115)

Desta forma, é necessário que o ensino do judô, estimule o aluno a se colocar sobre, a compreensão e percepção de sujeito histórico, capaz de interferir nos rumos de sua vida privada, bem como atividades sociais, tendo

como objeto a reflexão da cultura corporal, na medida em que é desenvolvida uma reflexão pedagógica sobre os valores como solidariedade, substituindo o individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em debate com a apropriação, e principalmente a liberdade de expressão dos movimentos e pensamentos, sua emancipação, negando a dominação e submissão do homem pelo homem. (COLETIVO DE AUTORES, 2009, p. 41)

O professor segundo Carvalho (2007, p.236), deve esclarecer que:

...não devemos confundir moderação, justo meio, com tolerância, medo ou covardia, nem respeito subserviente ou humildade excessiva, subserviência. O silêncio, dizem, parece ser uma virtude, contudo, silêncio em excessivo pode ser um indicador de uma mente enganadora. Destarte, se o caráter começa a desenvolver-se na infância, então, é nessa etapa da vida humana que se molda o desafiador, o resistente à opressão de qualquer tipo etc.

Esta condição apresenta o ensino do judô como colaborador de uma prática social, repleta de valores, organizando-o como “luta” para transformação social, e consciência na luta de classe, a favor da maioria popular. Processo de emancipação humana, proposto pela pedagogia histórico-crítica, que defende o domínio do saber historicamente acumulado, para transformação da sociedade de classes em uma sociedade sem classes, considerando a educação como um processo de trabalho humano (FREITAS, 2009, p. 28)

A Pedagogia Histórico-Crítica dispensa apresentação no cenário pedagógico brasileiro. Basta que resumamos aqui as tarefas a que se propõe em relação à educação escolar: “a) identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações bem como as tendências atuais de transformação; b) conversão do saber objetivo em saber escolar de modo a torná-lo assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares; c) provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de produção bem como as tendências de sua

transformação.” (SAVIANI, 1991 apud FREITAS, 2007, p. 27)

Dessa forma, a prática do judô na escola, enquanto tema da cultura corporal, pode ser tratado sob a óptica pedagógica crítico-superadora, que tem como característica a historicização dos conteúdos (BRACH et. al. APUD JÚNIOR ET. AL., 1999, p. 14), e que segundo o Coletivo de Autores (2009, p. 41) afirma ser “O conhecimento tratado metodologicamente de forma a favorecer a compreensão dos princípios da lógica dialética materialista: totalidade, movimento, mudança qualitativa e contradição.” (COLETIVO DE AUTORES, 2009, p. 41)

Princípio dialético, que Carvalho (2007, p. 230) afirma ser uma possibilidade “imprescindível à discussão e compreensão do judô enquanto método de educação inserido no cotidiano da criançada brasileira, que em sua escola, lhe é propiciada a prática judoística...”.

Então, ensinar o judô dentro desses princípios é apresentá-lo ao aluno com movimento na história, sendo algo dinâmico, e não estático, que se desenvolve e prossegue nos acontecimentos históricos específicos, pelas necessidades específicas, em virtude da produção humana (JÚNIOR ET. AL, 1999, p.15), sob a visão de totalidade que Kosik (1989, p.35) define ser a realidade compreendida racionalmente, como um todo estruturado, isso é, construído por variadas relações, e múltiplas determinações, sendo estas contraditórias, que através de saltos qualitativos, transformam o mesmo, nos fatos sociais, logo, na história do homem.

E assim, pode ser desenvolvido o judô sobre a epistemologia materialista- histórica dialética, que Martins (2013, p. 118 - 120), apresenta como conhecimento através do mundo objetivo, pelas relações ativas que acontecem entre o sujeito e objeto, entre o homem e a natureza, e onde a realidade é a matéria em movimento, repleta de contradição, resultante entre a aparência e essência. E, que Escobar e Taffarel (S/D, p. 7) afirmam ser um tipo de abordagem, que “...implica articular o método de análise da realidade e o sistema de categorias explicativas do modo de produção capitalista, e sua superação, com indicações tático-estratégicas...”

Nesta premissa, o judô pode ser organizado como atividade política crítica, dentro das aulas de Educação Física, disciplina escolar, que tem como objeto de estudo a cultura corporal, que por sua vez tem como elemento a luta, a qual tem como integrante o próprio judô.

Organização que pode ser alicerçada a medida que o conhecimento seja, assimilado como algo provisório, produzido historicamente, e de forma espiralada, que vai ser ampliando progressivamente no pensamento do aluno, através dos ciclos escolares (COLETIVO DE AUTORES, 2009, p. 41), através da sistematização dos seus conteúdos.

O conhecimento vai se desenvolvendo, a partir das generalizações mais primitivas, que à medida do tempo e do intelecto que se desenvolve na criança, sofre substituição, por generalizações mais elevadas, que acaba levando à formação de verdadeiros conceitos. (VYGOTSKI, 2008, p. 104)

Então, tratar os conceitos sobre o judô de maneira direta nos primeiros ciclos, torna-se uma atividade, que poderá ser apenas reproduzida pelos alunos, mas que não terá qualquer significado, por desconsiderar seu processo de desenvolvimento psíquico.

Então, seu entendimento assim como demais disciplinas, e conteúdos da Educação Física, deve segundo Escobar e Taffarel (s/d, p. 9) orientar sistematicamente os desdobramentos do pensamento, pelas leis objetivas do desenvolvimento social, que é essencial para se fazer a leitura do real concreto.

E, ao tratar o judô na escola dentro de seus desdobramentos, e variadas relações produtivas, torna-se necessária a análise comprometida de seus significados/sentidos, que elaborarão e configurarão a consciência do indivíduo. Tendo em vista, que como tema da cultura corporal e atividade histórica, pode ser realizado com diversas perspectivas, as quais se caracterizam por caráter lúdico, estético, terapêutico, competitivo, bélico. (ESCOBAR E TAFFAREL, S/N, p. 13)

Nessa condição Carvalho (2007, p. 230) afirma que a possibilidade para perspectiva de análise, o judô pode ser analisado como: 1) atividade física, executada com intencionalidade operante, através de técnicas corporais, que formam um conjunto de faculdades físicas e mentais existentes no indivíduo, que lhe proporciona movimento, sempre seu meio social, ou natureza que o

exige; 2) Jogo, atividade físico-intelectual com finalidade de prazer, da distração, no tempo livre, o qual deve ser interpretado sob a perspectiva do trabalho, e proletariado, o qual esconde uma vida de brutalidade, e torção sobre a massa laboriosa, que encontra nas práticas desportivas, momento para distração; 3) Esporte, que surge quando no jogo as regras são determinadas, e impostas por aqueles que não jogam, assim essas muitas vezes, criam a competição individualista, centrada no capitalismo, mas que por outro lado é uma manifestação cultural, que gera técnicas elaboradas e refinadas, através de um complexo de jogo.

É importante perceber, que independente das análises, é inegável que todas elas, condicionam e colaboram na personalidade da criança, e adolescente, portanto os domínios de seus significados estarão sendo refletidos pelo professor.

E, baseando-se nesses sentidos, e também nas propostas feitas por Júnior (2014), Júnior et. al. (1999), trazemos como proposta de desenvolvimento do judô no primeiro ciclo de “organização da identidade dos dados”, suas aproximações através de suas práticas com, jogos de combate que comecem a posicioná-lo nas condições de luta, implementando elementos presentes nas lutas, e especificamente do judô, para que estes possam ser identificados, estabelecendo conexões sincréticas de grupos. O aluno dará um salto qualitativo nesse ciclo quando começar a categorizar os objetos, classificar e associar. (COLETIVO DE AUTORES, 2009, P. 36) Júnior (2014) ainda alerta, citando que:

Ao mesmo tempo em que não podemos apontar um jogo que esteja além da fase de desenvolvimento dos estudantes, de outro lado não podemos olhá-los apenas a partir do que podem fazer (e assim sistematizar jogos de combate correspondentes). No primeiro caso superestimamos o processo; no segundo, subestimamos. Temos que olhar para os alunos – “lutando” – a partir da relação entre o que fazem sozinhos (realidade) e o que podem fazer (possibilidades). (JÚNIOR, 2014, p. 20)

Nessa fase, parece necessário o professor estimular o aluno, mas compreendendo o seu desenvolvimento individual, percebendo que neste período a criança, a princípio não faz muitas diferenciações do judô, com

demais lutas, tendo em vista que tudo se caracteriza como “briga”, que se configura nesse momento, uma ação de combater “o outro” com obtenção de vitória.

Com isso, demonstrar que nem toda luta é uma briga, mas que toda briga é uma luta, e que o judô é uma luta, que em sua gênese não foi idealizada para brigar, mas que em determinadas circunstâncias, pode servir como tal, não se dá pela reprodução objetiva e direta, que dificilmente será assimilada conscientemente, mas por constantes aproximações com objeto.

Assim, a argumentação de objetivações específicas nessa fase, não se torna eficiente, mas a oferta de subsídios iniciais, para formar um sistema de entendimento que será construído ao longo do tempo, torna-se necessário nesse primeiro momento.

No segundo ciclo, que é o da “iniciação à sistematização do conhecimento”, assim como no terceiro ciclo “ampliação da sistematização do conhecimento”, se configura através da descrição de Martins ( 2013, p. 132 e 133) como a fase dos complexos, que caracterizam-se com a formação de conceitos desde o fim da primeira infância, até o início da adolescência, a qual a criança alcança a forma do pensamento objetivo, superando parcialmente o egocentrismo, e deixa de confundir as conexões entre suas próprias impressões com as relações entre as coisas. Sendo dividida a partir Vygotski apud Martins (2013, p.133 - 135) em cinco fases:

...complexo associativo..baseia-se nas conexões associativas entre traços que a criança reconhece comuns entre os objetos. Em torno desse traço, a exemplo da cor, forma, dimensão etc., que se converte no núcleo do complexo associativo, constrói todo o complexo.

...complexo coleção fundamenta-se em relações cujo o princípio atende à *complementaridade funcional*, por exemplo: copo, prato, colher, garfo..

...complexo – cadeia no qual ocorre uma união dinâmica e sequencial em que cada objeto é incluído na cadeia em virtude de qualquer atributo associativo de caráter *perceptivo-figurativo* concreto. Destarte, nesse tipo de complexo pode faltar completamente um núcleo estrutural – quer associativo, funcional -, de tal forma que o primeiro elemento da cadeia pode não ter nenhuma relação com o

último, por exemplo: árvore, pássaro, céu, nuvem, avião, etc.

...complexos-difusos ainda se formam nos limites das relações visuais concretas e reais entre objetos singulares, todavia, associa aspectos alheios ao conhecimento prático da criança, resultando em relações estabelecidas por ela livremente e baseadas, muitas vezes, em atributos errôneos.

...pseudoconceitos, formados por generalizações que, em sua aparência externa, assemelham aos conceitos propriamente ditos, mas, na essência, sua estrutura resulta diferente. Nessa etapa, “no aspecto externo, nos deparamos com um conceito; no interno, ante um complexo. Por isso denominamos pseudo conceitos.”

Assim, a criança neste momento pode ampliar seu conhecimento acerca do judô, identificando seus principais elementos, e sistematizando-os de acordo com seu processo histórico-cultural, e demais relações com o objeto.

Portanto, baseado no Coletivo de Autores (2009), o desenvolvimento do judô no ciclo que corresponde da 4ª a 6ª série, poderá ser desenvolvido as formas, e interpretações técnicas do judô, através da apresentação do *Go-Kyo*, que Kano (2008), define um princípio, com divisão de golpes por agrupamentos, dividido em cinco partes, e que poderão ser ensinados e definidos de acordo com sua complexidade progressiva de execução, especificando a compreensão do judô como luta de curta distância, e contato corporal direto. E, com a construção de projetos individuais e coletivos de exibição, e prática que o envolvam o aluno, inclusive na escola, pontuando o processo histórico do judô de maneira geral, e específica.

Enquanto, no ciclo correspondente a 7ª e 8ª série, existirá uma aprimoramento quanto os golpes desenvolvidos no *Go-Kyo*, incluindo o desenvolvimento tático para sua execuções durante os *randori's*, luta propriamente, assim como o melhor desenvolvimento sobre o entedimento, a respeito das execuções de desequilíbrio, e sistema de alavanca dos golpes, desenvolvendo também a produção de atividades de exibição e prática, que possam envolver a escola, assim como a comunidade, e abordagem de temas transversais, relacionados ao judô, como prática entre gêneros, e idades, violência, e esporte.

Já, no último ciclo que corresponde ao “aprofundamento da sistematização do conhecimento”, respectivos para 1ª e 3ª série do ensino médio, as formas do conhecimento poderão ser aprofundadas de forma técnica/científica, sendo discutidas suas execuções, necessidades, sistemas de alavanca, desequilíbrio, aplicação de força e resistência, bem como discussão e práticas das diferentes formas de execução, pelo *randori* e *kata*, adicionando a prática e produção dos golpes extra *Go-Kyo*, os quais foram criados após a formulação do *Go-kyo*, bem como discussão sobre sua criação, e classificação. Poderão também ser abordados, temas transversais como propõem Júnior (1999), através do debate sobre o judô e suas múltiplas relações na sociedade, através da educação, lazer, saúde, meios de comunicação, comércio, gênero, e seu processo histórico; como também sua esportivização, inclusão no MMA, violência, sendo desenvolvido de maneira crítica, e podendo ser materializado de acordo com os interesses da comunidade, e individual.

Apontar a abordagem do judô desta forma, é tentar garantir a transmissão/assimilação do conhecimento científico do judô de maneira progressiva, e quantitativa-qualitativa, para a construção do pensamento crítico de crianças e adolescentes.

Em subsequência Escobar e Taffarel (s/d, p. 6) apontam que, não devem ser esquecidas duas premissas básicas, que os elementos ontológicos da atividade não-material, os quais são desenvolvidos na escola, é configurado como trabalho material produtivo, ou socialmente útil, e que sua prática superadora não está na mudança, em prol de uma futura e nova prática, mas pela transformação da consciência, através da prática, e que o pensamento humano é alimentado pelo movimento das diferentes atividades produzidas na sociedade, que é construída historicamente e apropriada pelo próprio homem.

Significa que o judô como luta, elemento da cultura corporal, e Educação Física, ao mesmo tempo em que é consumido como trabalho não-material, deve ser produzido, transformado-se em trabalho material, sendo construído na consciência daqueles que dele se apropriam, considerando sua realidade individual, e social, entretanto lhe colocando na posição crítica, política dentro da sociedade capitalista, garantindo-o como contribuinte dentro da escola, responsável pela transmissão do saber elaborado, na instituição caracterizada pela responsabilidade do ato de educar.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa de base, não teve a pretensão de apontar o judô como redentor a caminho da emancipação humana, pois se reconhece a complexidade deste processo, que vai além da aplicação dos seus conteúdos de ensino, mas apresentá-lo e compreendê-lo Apresentar o judô como luta, elemento da cultura corporal, conteúdo da Educação Física dentro dos vários pontos discutidos ao longo desta pesquisa de base, não tem como pretensão aponta-lo como redentor ou principal contribuinte a caminho da emancipação humana, pois se reconhece a complexidade deste processo, que vai além da aplicação dos seus conteúdos de ensino, entretanto, estimular o reconhecimento do seu conteúdo como conhecimento significativo capaz de contribuir no processo de desenvolvimento humano, é compreendê-lo dentro das revelando suas especificidades como elemento revolucionário, possível, e passível de ser tratado na escola, através do professor, que possibilitará poder possibilitar o acesso do seu conhecimento ao seu conhecimento para crianças, e adolescentes, principalmente da classe trabalhadora, nos diferentes ciclos escolares, ajudando a posicioná-las na luta de classes, na luta “com o capital”.

O questionamento do judô sob a visão de como elemento de ensino da Educação Física, disciplina presente no currículo escolar, não significa determiná-lo deve ser determinado, ou simplesmente tratá-lo como um mero conteúdo, de fundamentos técnicos, e disciplinador dentro da escola, mas, como conteúdo educativo, socialmente construído ao longo do processo histórico de produção humana, repleto de significados e valores, que podem contribuir para o desenvolvimento de superação do capital, desde que o mesmo possa ser posicionado politicamente, principalmente dentro da escola, que é a responsável pela transmissão do saber científico para crianças, e adolescentes que estão em desenvolvendo psiquicamente sistemas de complexos, conceitos, e valores.

E, para entender o judô como um ato político, é necessário reesignificá-lo através do seu ensino, através da sua compreensão como

trabalho humano, ~~que está repletotendo dena sua essência,~~ anseios, necessidades, e relações humanas, ~~nos diferentes em determinados~~ momentos históricos, ~~não estando o mesmo engessado ao longo das distintas gerações,~~ ~~sofrendomas sofrendo~~ constantes transformações ao tempo que é produzido, e reproduzido dentro das sociedades, ~~as quais o sofrendo influenciainfluenciam,~~ bem como ~~são influenciadasinfluenciando esta que o recria,~~ em meio às contradições que o condicionam.

Então, o que se coloca não é acreditar no judô como algo que poderá ser mudado, para ajudar no desenvolvimento da conscientização crítica, mas como algo dinâmico, o qual é produzido, reproduzido, e transformado, ao mesmo tempo em que é consumido, sendo colaborador no processo de transformação no pensamento do indivíduo, que agirá sobre a realidade, através da sua capacidade de abstração, que impactará na formação de sua personalidade, que tomará corpo sobre o real, no hoje, no agora.

E, que se esclareça realidade, no sentido concreto, e não como aquela “essencialmente alienante”, pseudo realidade, a qual se apresenta pelos engendres do capital, ludibriando o pensamento, fortalecendo as mercadorias, e o consumo, mas, a realidade captada a partir das suas múltiplas determinações, que em última instância é definida pela base econômica, a qual posiciona e define, os “atores” e “autores” da história contemporânea humana, que tem como cenário a luta de classes.

Tal, luta que se apresenta como plano de fundo, nas diversas atividades humanas, inclusive, e principalmente na educação científica, a qual se configura como força produtiva, ~~\_\_\_ capaz de um dos fatores determinantes~~ direcionar na sociedades, ~~\_ a qual é~~ principal responsabilidade da escola, que na grande maioria prepara através das suas categorias do trabalho pedagógico, estudantes para fortalecer o mercado de trabalho, permeados pelos sentimentos individualistas, egoístas, capazes de acirrar a competição, e exploração do trabalho humano.

Escola, ~~que não pode ser desconfigurada como espaço de~~ responsabilidade social, que é ~~por ser~~ principal transmissora do saber epistemológico, e teoricamente consciente, mas que desde a sua gênese não consegue se configurar como espaço de responsabilidade social plena, por ao passo que se mantém viva dentro da sociedade, ou melhor economia que a

sustenta, ~~tende-se a~~ ~~se~~ submeter as condições a ela “inerentes”, todavia, alimenta a condição propícia de abordagens superadoras do capitalismo, através da capacidade de difusão do ensino científico pela pedagogia crítico-superadora ~~ato de ensinar~~ para crianças, e adolescentes ~~em fase de desenvolvimento humano, nos diferentes ciclos escolares, oportunizando a sistematização do ensino, desde o desenvolvimento do pensamento sincrético até o pensamento por conceitos, transformando mudanças na personalidade, consciência do indivíduo.~~

Portanto, o ensino proposto através do judô nesta pesquisa, é aquele a favor do debate, aquele pedagogicamente ativo, sem neutralidade, ou submissão a organização do trabalho pedagógico, e normativo escolar, mas a favor da ~~visão~~ pedagógica crítico-superadora, que desenvolvida sob a lógica dialética, e metodologia materialista histórica, vincula a teoria a prática, estimulando a escola para o trabalho, e o judô para o trabalho socialmente útil .

O ensino do judô no seio escolar, pode então, ser visto como possibilidade de acesso ao seu conhecimento para criança e adolescentes de diferentes classes, que estão em fase de desenvolvimento psíquico potencial, e que tem na escola o conhecimento sob a luz científica, onde vinculada ao conhecimento de senso comum, construído pela realidade vivida, podem através de aproximações progressivas, assimilar o judô de maneira crítica, onde o mesmo poderá ser desapropriado como algo sólido, e acabado, mas ~~entendido~~ como atividade construída por aqueles que dele se apropriam, logo, colocando estes então, como seres socialmente ativos, capazes de compreendê-lo como luta para além da sala de aula, e *dojôs*.

Luta que mesmo diante dos seus diferentes sentidos, deve ser sempre interpretada como luta, que possui na sua essência a violência, que pode caminhar a favor da superação de obstáculos, e dificuldades, com valores baseados na prosperidade mútua, nos princípios de solidariedade, e lealdade, que possui o respeito ao outro como algo fundamental, e não como justificativa para controle, e submissão entre homens, configurando valores que fortalecem a luta do proletariado, dentro da sociedade de classes, que é fundada pelos interesses capitalistas, de violência de homens contra homens, baseada principalmente, pela limitação de acesso ao conhecimento, e exploração do trabalho, que transforma tudo em mercadoria, inclusive o próprio homem.

O que se apresenta então, é que a luta judô pode através do desenvolvimento dos seus princípios, valores, e práticas, estimular e desenvolver a capacidade de superação dos obstáculos, com perseverança, intensidade, estratégia, e paciência, para que tais aprendizados possam direcionar a luta travada diariamente, aquela luta política, que não se limita as atividades corporais, mas as atividades sociais, que mantém a sobrevivência individual, e coletiva.

Imaginar, que a prática do judô funciona para um simples fim, que termina em si, é desconsiderá-la como colaborador na luta por superação do sistema em que vivemos. E, como toda luta em que a melhor defesa é o ataque, toda força é bem-vinda, e toda violência que seja à favor da pacificação é essencial, para a alfabetização política, que poderá tornar o indivíduo intensamente ativo na construção histórica, cultural, e econômica.

Entretanto, isso só é possível à luz do compromisso político do próprio professor, que assim como todas as “coisas”, é constituído de múltiplas determinações, as quais podem lhe traduzir como pessoa engajada no compromisso de desenvolvimento do processo de emancipação humana, ou de alienação, mas que deve ser considerado como trabalhador dentro da luta de classes, responsável pela transmissão do saber científico elaborado dentro da escola.

Pois, é através da organização do trabalho pedagógico deste, que poderá ser feita a materialização do judô sob a óptica crítico-superadora na escola capitalista, ~~pois são suas atividades, que estimularão que propiciará~~ a compreensão do judô como luta além das aparências. [Através da metodologia materialista histórico dialético a luta judoística pode ser assimilada e transmitida, pela lógica dialética, considerando os processos históricos, em meio aos princípios da totalidade e contradição, que aplicado no ensino dos ciclos escolares, os quais encontram-se baseados nas etapas de desenvolvimento do psiquismo, que respeita a progressão do pensamento desde a infância, até a última etapa da adolescência, pode proporcionar transformações na mente do indivíduo para a vida cotidiana.](#)

Entretanto, sendo esta uma pesquisa em finalização prévia, porém em início de construção, se reconhece a necessidade de maiores aprofundamentos, e contribuições, para constante desenvolvimento, o qual

possibilite criar bases mais estruturadas, capazes de estimular maiores discussões, para novas propostas de pesquisa, e [atividadesações práticas, que poderão—capazes de](#) contribuir na luta do trabalhador, para a luta por sobrevivência, para além da luta de classes.

## REFERÊNCIAS

**BLAINEY, G.** Uma breve história do mundo. 2 ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008.

**CARVALHO, M.** Judô: ética e educação: em busca dos princípios perdidos. Vitória: EDUFES, 2007.

**COLETIVO DE AUTORES.** Metodologia do Ensino de Educação Física. 1ª reimpr. da 2ª Ed. de 2009. São Paulo: Cortez, 2012.

**COSTA, M. C. C.** Sociologia: introdução a ciência da sociedade. 3ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2005.

**ENGELS, F.** Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.

**ESCOBAR, M. O.** “Transcrição na íntegra revisada pela autora”. In: *Metodologia do Ensino de Educação Física*. 1ª reimpr. da 2ª Ed. de 2009. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_; **TAFFAREL, C. Z.** Mas, afinal o que é educação física? Reafirmando o simplismo intelectual.

**FLECK, S. J. & KRAEMER, W. J.** Fundamentos do Treinamento de Força Muscular. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

**FRANCHINI, E.** Judô. Editora Odysseus, São Paulo, 2008.

**FREITAS, L. C. de.** Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. 10ª Ed. São Paulo: Papirus, 2009.

**FUNAKOSHI, G.** Karate-dô: O meu modo de vida. 1ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

GOELLNER, S. V. A categoria da atividade e suas implicações no desenvolvimento humano. **Revista brasileira de ciências do esporte**. N.13, 1990. Pág 288 – 292.

**GUIA ARTES MARCIAIS/ Brazilian Jiu-Jitsu, MMA, Muay Thay.** 1ª Ed, V. 1. São Paulo: On line, 2014.

**HOBBSAWN, E.** A Era do capital, 1848 – 1875. 21ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. A Era dos impérios, 1975 - 1914. 18ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

**JUNIOR**, E. M. D. Das lutas populares às lutas nas olimpíadas e Metodologia do ensino das lutas: uma proposição critico-superadora, 2014.

JÚNIOR, O. C. Em busca da construção de uma proposta teorico-metodológica para o ensino do judô escolar. **Pensar a prática**. v. 3, 2000.

JÚNIOR, O. C; FERREIRA, M. G; RODRIGUES, A. T. A evolução sócio-histórica do judô: primeiras aproximações. **Revista da educação física/UEM** 10(10): 13-21, 1999.

**KANO, J.** Energia Mental e física: escritos do fundador do judô/ Jigoro Kano. São Paulo- SP: Pensamento, 2008.

\_\_\_\_\_. Judô kodokan/ Jigoro Kano : traduzido por Wagner Bull. São Paulo: Cultrix, 2008.

**KOSIK, K.** Dialética do concreto. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

**LEONTIEV, A. N.** O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte, 1978. P. 261 – 284.

**MARTINS, L. M.** “O papel da educação escolar na formação de conceitos”. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). *Infância e Pedagogia histórico-crítica*. São Paulo: Autores Associados, p 117 – 143, 2013.

**PISTRAK.** Fundamentos da escola do trabalho. 6ª reimp. da 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

**SAVIANI, D.** Sobre a natureza e especificidade da educação. Em aberto, Brasília, ano 3, n. 22, julho/agosto 1984.

\_\_\_\_\_. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. V. 12, N.34, p 152 – 165, 2007.

TAFFAREL, C. Z. Do trabalho em geral ao trabalho pedagógico: contribuição ao debate sobre o trabalho pedagógico na Educação Física. **Revista Motrivivência**. Ano XXII, n. 35, p 18 -40, dezembro/ 2010

**VYGOTSKY, L. S.** Pensamento e linguagem. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

**WATSON, B. N.** Memórias de Jigoro Kano: o início da história do judô; tradução Wagner Bull. São Paulo: Cultrix, 2011.